

Associativismo estudantil no ensino secundário e reprodução política das organizações partidárias de juventude¹

Carlos Alberto Gomes
Licínio Carlos Viana Lima

Resumo: No quadro de um projecto de investigação em Administração Educacional, intitulado “Associativismo Estudantil e Organização Escolar no Ensino Secundário”, apresentamos uma análise orientada para a desocultação (e crítica político-sociológica) dos interesses, das lógicas, dos discursos, dos objectivos, das práticas e das estratégias das OPJ (Organizações Partidárias de Juventude), no campo associativo das escolas secundárias portuguesas.

Palavras-chave: Associativismo; Participação Estudantil; Educação Cívica.

No período revolucionário após o 25 de Abril de 1974, o associativismo estudantil caracterizou-se pela transposição, para a escola, de uma lógica de luta e competição inter-partidária. O terreno associativo era disputado por organizações partidárias de juventude (OPJ)² das mais diversas tendências ideológicas, no quadro de uma estratégia de reforço da influência dessas organizações e dos partidos políticos de que faziam parte. Nesses tempos de intensa politização da sociedade portuguesa³ eram de base partidária grande número de listas concorrentes às eleições associativas, no ensino superior e no ensino secundário⁴. Daí ter-se cristalizado a ideia de que falar em associativismo estudantil ou movimento estudantil era o mesmo que falar em organizações partidárias de juventude⁵.

As OPJ continuam a marcar presença nas escolas secundárias⁶. Mas será que, tal como antes, se poderá falar de uma situação de integração

do associativismo estudantil no quadro das lógicas, interesses, estratégias e dinâmicas partidárias?⁷ Para respondermos a esta questão decidimos entrevistar dirigentes nacionais e distritais de algumas das principais OPJ. Uma primeira análise do conteúdo das entrevistas revelou que o discurso dos dirigentes estava organizado em torno do dilema partidarização *versus* autonomia do associativismo estudantil, expressando-se uma generalizada opção por uma política de despartidarização.

O discurso da despartidarização, transformado em *leit-motiv* da actual intervenção das OPJ nas escolas secundárias, constitui uma novidade pelo menos para quem ainda olha para o associativismo estudantil com os referenciais de um passado não muito distante. Proclamada pelos dirigentes entrevistados, a ideia de despartidarização suscita, desde logo, alguma incredulidade e ceticismo. Não estaremos perante uma contradição nos próprios termos? O que significará, concretamente, o termo despartidarização? O voluntário afastamento das OPJ do campo associativo estudantil e a adopção de um novo tipo de intervenção? Reflectirá a emergência de uma nova cultura política e a adopção de uma nova estratégia para alcançar fins tradicionalmente perseguidos?

Face ao discurso da despartidarização existem, em termos de senso comum, duas posições básicas: acredita-se ou não que ele corresponde àquilo que efectivamente se passa. Em termos sociológicos, o método a seguir será o do confronto crítico desse discurso com um conjunto de análises que permitam pô-lo à prova. Ou seja, verificar se, e em que medida, o discurso condiz com a realidade. A análise pressupõe, no entanto, a resolução de algumas questões de carácter metodológico. Pensamos que perante um qualquer discurso (e, muito especialmente, no caso do discurso político) que se proponha fornecer um quadro ou imagem de uma determinada realidade se abrem, ao sociólogo, várias vias de problematização. Uma dessas vias impõe um esforço de análise interna dos discursos por forma a avaliar a sua consistência, que pode ser aferida pela ausência de afirmações ambíguas ou contraditórias que possam pôr em causa a imagem ou versão da realidade que o emissor pretende transmitir.

Outra via de problematização será a do confronto dos discursos com dados e informações recolhidos nas escolas, nos *mass-media*, nas publicações partidárias, na bibliografia de investigação e análise sobre o tema. Como o leitor terá oportunidade de verificar, a análise que neste texto desenvolvemos apoiou-se nas duas referidas vias de problematização. A segunda via de problematização está particularmente representada nas notas que fomos escrevendo para ilustrar ou complementar o texto. Essas notas referem aspectos importantes para o conhecimento da história da

intervenção das OPJ no associativismo estudantil e para um melhor esclarecimento de alguns dos nossos pontos de vista.

A análise da actual intervenção das OPJ no campo associativo das escolas secundárias baseou-se em entrevistas a dirigentes nacionais (1991)⁸ e distritais (1992) das seguintes OPJ: Juventude Centrista (JC); Juventude Comunista Portuguesa (JCP); Juventude Social-Democrata (JSD); Juventude Socialista (JS). Agradecemos a todos os dirigentes entrevistados a importante colaboração que nos dispensaram.

1. Mudanças no associativismo estudantil

É consensual, entre os dirigentes, a ideia de que a actual situação do associativismo estudantil nas escolas secundárias se caracteriza pela emergência de novos factores que o diferenciam, profundamente, do modelo de associativismo reinante no pós-25 de Abril. Entre esses factores destacam-se a emergência de uma juventude muito diferente em termos de valores, atitudes e práticas; a crise de identificação com a escola; o descrédito, entre a juventude, da política, dos políticos e das lógicas e práticas de partidarização da vida social, a generalizada opção por um associativismo despolitizado centrado na prestação de serviços à comunidade estudantil e, finalmente, em claro desafio à hegemonia das OPJ, o aparecimento de novos modelos de identificação e representação juvenil no espaço associativo.

1.1. Imagens de juventude: individualismo, alienação, despolitização, mobilização por interesses e novos modelos de representação juvenil

Para o dirigente nacional da JS, o associativismo estudantil está ameaçado porque existem “cada vez menos jovens a preocuparem-se com as práticas associativas”⁹, situação que reflecte a ausência de “espírito associativo”, de “uma juventude que se exprime por referências cada vez mais individualizadas”¹⁰. O associativismo é visto, sentido e praticado pelos jovens como um espaço e um tempo de diversão¹¹. Hoje, diz este dirigente, “um jovem vai à escola o mínimo de tempo indispensável e, portanto, o associativismo para ele funciona como qualquer coisa muito à distância. Quer dizer, ou tem uma grande formação a nível de consciência do que é a prática associativa ou o faz para uma ocupação dos tempos livres ou o faz por uma qualquer razão, tem lá a namorada, por-

que acha giro, porque é uma experiência nova, mas não o faz por uma atitude de consciência”. Concordando com esta visão, o dirigente distrital desta OPJ enfatiza a ideia da alienação juvenil¹² “hoje, um miúdo de 15 ou 16 anos vai à escola como quem vai ao supermercado comprar um pacote de manteiga, eles vão à escola comprar um 12 a Matemática, vão à escola pura e simplesmente buscar o diploma. Os estudantes acabam o horário diário e vão para os cafés, vão namorar, vão meter-se com as meninas, as meninas vão meter-se com os meninos, criam novos vícios, começam a ‘fumar’, enquanto podiam aproveitar esse tempo que estão no café para participarem activamente em desenvolverem coisas que fossem do interesse da comunidade estudantil. Podiam, perfeitamente, organizar torneios de futebol, umas festas, uns convívios, uns colóquios, etc”.

A despolitização da juventude é outro factor apontado. Segundo o dirigente distrital da JS, “os adolescentes, hoje em dia, ligam muito pouco aos jornais, aos noticiários, não vêem, não ligam, são um bocado indiferentes em relação à vivência política nacional”. São sinais de uma generalizada despolitização que, para o dirigente distrital da JC, é “fruto de um certo desinteresse, de uma certa apatia da parte dos jovens em relação à política em geral. Há uma imagem negativa da Assembleia da República, dos deputados, governantes e líderes partidários. Os jovens têm, de facto, uma imagem muito baixa, muito negativa, da política. Aliás, é constatado, por exemplo, quando nós estamos nos cafés, raramente se fala de política. Há um certo cansaço em relação aos partidos e às OPJ e no secundário ainda se nota mais”¹³. Evolução confirmada pelo dirigente nacional da JSD: “Houve uma despolitização crescente no mundo associativo estudantil, tanto no ensino secundário como no superior, mas ao nível do secundário foi mais sentido”. Finalmente, para o dirigente distrital da JCP existe, entre os jovens, “uma crise de identidade política”.

Mas o desinteresse pela política não significa, necessariamente, ausência de capacidade reivindicativa quando estão em causa interesses especificamente estudantis. Com efeito, salienta o dirigente da JS, “o que é um facto é que os jovens adolescentes provaram agora, com esta movimentação contra a PGA, que quando lhes calcam os pés eles juntam-se e fazem força. Não estão assim tão parados como isso. O que é preciso é que haja factos, que haja alguma coisa que os pique, que os motive para participarem”. É esta capacidade de contestação juvenil que leva o dirigente distrital da JC a admitir ter “uma certa esperança de que os jovens estejam, um pouco, a entrar numa certa dinâmica. Eu, por exemplo, gostei das movimentações por causa da PGA e das propinas. Sinto uma certa

satisfação. Eu gostei porque aquela acção foi uma acção espontânea e foi, sobretudo, muito reivindicativa, muito participada, muito activa”.

Uma das mais significativas mudanças no espaço associativo das escolas secundárias consistiu no aparecimento de novas formas de identificação e representação juvenil. Como salienta o dirigente nacional da JSD, “os fenómenos de autonomia e independência das direcções associativas do ensino secundário foram crescendo face à esfera partidária. O que significa, portanto, que hoje em dia o quadro que nós temos é de que há uma grande proliferação de listas que acabam por vencer as eleições que são listas, em grande medida, de independentes”. Este fenómeno é exemplificado pelo dirigente distrital desta OPJ. Principalmente nas grandes cidades surgiram “os fenómenos das listas das juventudes leoninas, dos *skinheads*, do diabo a quatro, que existem em Lisboa”. A perda de influência das OPJ parece ser irreversível mas, relativiza este dirigente: “Isto anda a velocidades diferentes. Nos grandes centros urbanos, sobretudo Lisboa, Porto, Setúbal...eles estão a andar um pouco à frente. Eles cansaram-se da linguagem política, foram os primeiros a afirmar-se contra a política e a ganharem pontos com isso, foram os primeiros a terem o cansaço da actividade associativa muito séria, foram os primeiros a ter as listas da juventude leonina. Nuns casos ganharam. Listas da Nova Monarquia. Listas com um discurso diferente. Ainda na Guarda o combate era mais politizado. Ainda as pessoas não se tinham cansado de intervir ali. Mas hoje tende-se mais para o aproximar de realidades”¹⁴. Com efeito, confirma o dirigente nacional da JCP: “hoje há uma reacção dos estudantes que procuram listas que sejam claramente representativas deles e não de um ou outro partido”.

1.2. O actual associativismo: perspectivas partidárias

Para o dirigente nacional da JSD, o movimento associativo “deve ter, inegavelmente, um cariz sindicalista, reivindicativo”¹⁵. Na sua opinião, a situação actual é de crise pois “o facto que se pode constatar é que há, realmente, uma despolitização crescente, para além da despartidarização”. Essa despolitização traduz-se no facto de hoje “continuar a acentuar-se um défice político na maior parte das direcções associativas, na medida em que elas transformam o seu trabalho na prática mais fácil, que é o da prestação de serviços, ao invés da prática de reivindicação política, que deveriam assumir”. Mas não assumem já que, de acordo com este dirigente, “a maior parte das direcções associativas, hoje, têm uma componente de serviços que é muito acentuada. Já hoje, no ensino secundário,

o papel reivindicativo cedeu, em grande parte, lugar a um papel de gestão interna”. Esta posição foi partilhada pelo dirigente distrital para quem, “a Associação de Estudantes não pode ser a Comissão de Festas ou o departamento de fotocópias da escola” e “deve intervir mais do que na prestação de serviços. Mais do que no reforço da componente desportivo-cultural”. Acusando o associativismo de serviços de ter conduzido ao abandono de “uma intervenção forte e determinada no campo pedagógico e no campo social”¹⁶ este dirigente considera que, “se atentarmos naquilo que são os campos de acção típicos de uma associação de estudantes, que vão desde a intervenção na área pedagógica, na área social, nas actividades desportivas e culturais ou até intervenções mais políticas, não no sentido político-partidário, mas mais no sentido educacional, de política em termos de participação no próprio meio, de intervenção na comunidade, é decerto curioso perdermos algum tempo a analisar em que sentido tem de caminhar a actividade das associações de estudantes”.

O dirigente nacional da JS considera que a despolitização do associativismo estudantil é o reflexo e um efeito inevitável de determinadas mudanças sociais: o triunfo de uma “sociedade muito mais consumista, acomodada, uma sociedade que procura a satisfação dos bens materiais...”, conjugada com a desvalorização social da escola¹⁷ que, no passado, era “um sítio onde as pessoas adquiriam conhecimentos” e, hoje, é um lugar “onde as pessoas vão mais pela necessidade social do que propriamente à procura de conhecimentos”¹⁸. Tudo isto “se repercute no movimento do ensino secundário” e, por isso, não surpreende que exista, actualmente, “um novo recentrar da prática da associação. Ou seja, hoje a associação é mais uma associação para prestar serviços do que, propriamente, uma associação de intervenção social e estudantil. Presta serviços ao nível do desporto, ao nível das sebtentas...”. Esta visão negativa das actuais associações de estudantes do secundário é corroborada pelo dirigente distrital: “só o presidente que foi eleito e mais um ou dois amigos mais íntimos é que estão a trabalhar. Os outros...mais ninguém trabalha. As associações não passam, em muitos casos, de uma lista de vinte pessoas, algumas com as meninas mais bonitas, que ganham mais votos, mas...”

O dirigente distrital da JCP considera que o associativismo estudantil deve manter-se reivindicativo e politizado: “o nosso trabalho nas AE de [cidade] não é só um trabalho recreativo. Nós também nos preocupamos com a realidade nacional. Por exemplo, aqui no [escola] fomos os primeiros a fazer debates que cativem os jovens sobre os problemas da sociedade, sobre os problemas reais que acontecem com os próprios estudantes,

em termos de PGA. Debates sobre a PGA em que participaram deputados do Parlamento. Depois, claro, temos os recreativos, como qualquer associação. Mas acho que o grande interesse da associação não é só ocupar os tempos-livres. É criar uma certa maneira de estar dos estudantes nesta sociedade e no papel reivindicativo dos nossos direitos”.

Na versão do dirigente nacional da JC, a gênese do associativismo estudantil está radicada “numa grande luta da juventude portuguesa para que os jovens se pudessem associar nas associações de estudantes, por forma a promoverem aquilo a que vulgarmente se chama a ocupação dos tempos livres na escola”. A ocupação dos tempos livres ou, melhor, uma determinada maneira de ocupar os tempos livres, desempenha um papel central na concepção de associativismo (e, logo, na definição do papel das associações de estudantes) defendida pela JC: “é muito melhor para uma sociedade que os jovens se agrupem, tenham uma actividade construtiva, que ocupem os seus tempos, enfim que façam uma série de coisas que são úteis à juventude do que andar a vê-los sem fazer nada, se calhar a meterem-se em droga, a meterem-se em outras questões de que não vale a pena falar”. Nesta perspectiva o associativismo estudantil deve estar orientado para a promoção da educação moral contribuindo para a *integração social*¹⁹ dos jovens através da promoção de actividades destinadas à socialização em certos valores e modelos de comportamento. Assim orientado, conclui este dirigente, “vale a pena fomentar, promover o associativismo, porque é uma boa escola de formação para a vida prática”²⁰. O dirigente distrital, não obstante guardar uma memória negativa sobre a actividade das associações, “pelo menos no tempo em que eu era estudante do secundário, a AE fazia os bailes, organizava os torneios de futebol. E pouco mais fazia do que isso”, tem uma visão mais combativa definindo-as como organizações vocacionadas para “defender os interesses dos estudantes”.

O modelo de associativismo defendido pelo dirigente nacional da JC é rejeitado pelos dirigentes nacionais da JSD e da JS que consideram indispensável a adopção de uma atitude reivindicativa. Em consequência, rejeitam o associativismo de serviços que vêem como responsável pela transformação das associações em meros *departamentos escolares* especializados na prestação de serviços de apoio às actividades escolares e na promoção de actividades lúdico-desportivas-culturais²¹. É contra esta maneira de conceber e praticar o associativismo, que consideram redutora e ideologicamente conservadora, que estes responsáveis partidários se posicionam. E é a partir da crítica ao associativismo de serviços que definem a posição a adoptar pelas suas organizações. Na perspectiva destes dirigentes, as OPJ devem exercer uma *acção pedagógica* tendente

a explicar aos jovens que o associativismo estudantil ou é reivindicativo e politizado ou não é associativismo estudantil. Defendem, pois, o regresso a um associativismo reivindicativo que, funcionando numa lógica de tipo sindical, asseguraria a defesa dos interesses dos estudantes, quer no espaço escolar, quer em relação a medidas de política educativa que possam afectar, de forma directa ou indirecta, os referidos interesses.

A predominância do associativismo de serviços não justifica, aos olhos do dirigente nacional da JC, um diagnóstico de crise. As associações de estudantes continuam a ter “um papel importante”. Esta posição não se ajusta, todavia, à descrição que faz da situação de marginalização das associações, quer no que se refere à participação nas decisões de política educativa que dizem respeito aos estudantes, quer no interior das próprias escolas secundárias. Em relação ao primeiro aspecto, são significativas as afirmações de que “as associações de estudantes não têm espaço para serem ouvidas, em particular pelo Ministério da Educação, sobre os problemas que dizem respeito ao ensino secundário”, de que “não são as associações que conseguem participar na alteração dos currículos”, ou de que as associações de estudantes “não foram ouvidas” na elaboração da lei de acesso ao ensino superior.

Em relação ao segundo aspecto, este dirigente salienta as frequentes relações conflituais²² entre as associações de estudantes e os órgãos de gestão das escolas, em particular o Conselho Directivo. A associação de estudantes de que é membro não tem “hipóteses de intervir, porque o Conselho Directivo é que tem sempre a última palavra. Há tantas dificuldades. Porque o Conselho Directivo não está bem sensibilizado para a questão da associação de estudantes. Há, às vezes, associações de estudantes que estão a pagar por erros cometidos há oito anos por uma associação de estudantes que foi fraudulenta. Por exemplo, que faz festas que só dão problemas. Agora quisemos fazer uma festa e tivemos graves problemas para conseguir fazer uma festa que fosse feita ao sábado, em que a escola pudesse estar aberta. Às vezes há tantas dificuldades para fazer uma festa, às vezes também há dificuldades para nos ouvir sobre outras coisas. Coisas mais complicadas do que isto”.

Os conflitos entre as associações e os Conselhos Directivos (que mostram que, nas escolas secundárias, a questão da autonomia do associativismo estudantil não se coloca, apenas, ao nível das relações com as OPI) são também abordados pelo dirigente distrital da JSD: “nós temos a noção que os CD têm a faca e o queijo nas mãos. Em última instância acontece aquilo que é típico nalgumas associações. Quer dizer, eles começam a levantar um bocado o nariz e depois limpam-lhes a sala. E eles dizem: ‘Mas há a lei!’. E eles dizem: ‘Meu caro, vais tu assumir perante

os teus colegas que para vocês terem uma salinha, a gente vai roubar uma sala de aulas?. Nós até gostávamos de cumprir a lei, mas não há condições na escola'. Há muitas formas de matar pulgas. Mas nem sempre se verifica esta relação conflitual. Há de tudo um pouco. Há escolas compreensivas. Compreensivas de várias formas. Umhas têm um diálogo saudável na perspectiva que se deseja. Há outras que o fazem numa óptica paternalista. Há outras que dizem: Para o trabalho tudo. A partir do momento em que nos começam a chatear a molécula, as coisas mudam de figura!. "E há outras que dizem, há a lei e tudo bem, mas tudo fazem para que não haja condições ideais para que este associativismo, neste conceito amplo, possa frutificar (...). Há alguns casos de professores e Conselhos Directivos que captam disto aquilo que mais lhes convém mas quando há o equilíbrio que nós desejamos nas vertentes da área pedagógica, sobretudo quando eles têm capacidade de denúncia de situações mais graves, então aí há uma retracção forte a que eles tenham mais espaço de intervenção e de trabalho".

2. A intervenção das OPJ: o discurso da legitimação

As OPJ justificam a intervenção no associativismo estudantil com base em três principais argumentos:

- Adopção de uma lógica e de uma prática de serviço desinteressado ao associativismo estudantil;
- Recusa do controlo directo das associações de estudantes e das práticas típicas do anterior modelo (apresentação de listas de base partidária às eleições associativas, contabilização de vitórias eleitorais, medição de forças na base de associações e escolas conquistadas, transposição, para as escolas, dos temas da luta política e social);
- Absoluto respeito pela autonomia das associações de estudantes, através da redução da intervenção a uma função de apoio logístico-propagandístico a listas concorrentes às eleições associativas.

2.1. Ideal de serviço

Os dirigentes consideram que as OPJ fornecem serviços indispensáveis ao associativismo estudantil, quer no plano da dinamização das actividades associativas, quer no plano da representação política dos jovens estudantes.

Segundo o dirigente nacional, a JSD presta, basicamente, três tipos de serviços ao associativismo das escolas secundárias. Em primeiro lugar, um *serviço pedagógico*, com o objectivo de promoção de um associativismo reivindicativo, pois “se não desenvolvêssemos esse papel estaríamos, em grande medida, a contribuir para um ainda maior adormecimento da realidade associativa”. Serviço a ser desenvolvido “com restrições” pois, como previne, “as organizações partidárias de juventude terão, sempre, a tentação de levar, longe de mais, esse papel”. Em segundo lugar, um *serviço de reconversão e canalização política* das reivindicações estudantis, expresso na preocupação de “conseguir traduzir para o discurso político da JSD aquilo que poderiam ser as preocupações dos estudantes e dos seus dirigentes associativos”. Um terceiro serviço que poderíamos designar de *apoio à autonomia do associativismo estudantil*: “acredito que pela história recente do movimento associativo que ancora, em grande medida, nas estruturas partidárias, que exista, por parte das organizações partidárias de juventude, uma grande responsabilidade em dar meios políticos ao movimento associativo estudantil, para ele poder funcionar por si próprio”. O dirigente distrital confirma o discurso da ética de serviço exemplificando com o facto de “todas as OPJ terem subscrito a proposta de lei de legalização das associações de estudantes” e realça a dimensão pedagógica (logo desinteressada) da intervenção da JSD: “a nossa aposta é, de facto, a formação para a participação”.

A JS, diz o dirigente nacional, aposta num *serviço de mobilização para a participação* já que, “é preciso dar razões à malta nova para participar. E as pessoas não têm razões para participar”. A lógica de serviço desinteressado é enfatizada pelo dirigente distrital: “eu tive já oportunidade de pedir a um colega que estuda no secundário, que é responsável pelas associações de estudantes do secundário, que fosse ter com eles às escolas e perguntar se precisam de alguma coisa, se não precisam. Em [cidade] 7 escolas vieram ter connosco a dizer que pretendiam que a JS os apoiasse na campanha com cartazes, com comunicados. Nós, sim senhor, dissemos que estávamos abertos a tudo, a todos que venham bater à nossa porta. Uma das coisas que eles perguntaram logo foi ‘nós não precisamos de ser filiados? Pois não? Não. Vocês estão à vontade. Nós estamos aqui para vos ajudar. Vocês pretendem o nosso auxílio, nós ajudamos em troca de nada. Se vocês precisarem do nosso auxílio *a posteriori*, depois de serem eleitos, nós estamos cá para vos ajudar. Se precisarem, por exemplo, de contactos com o Instituto de Juventude, se se sentirem perdidos a tratarem de burocracias venham ter connosco, nós ajudamos’. Os tipos, na altura, disseram: ‘tudo bem’. Eram 4 candidaturas. Os que foram eleitos até hoje nunca lá foram falar connosco”.

A JC, informa o dirigente nacional, presta um *serviço de formação associativa*: “o grande trabalho que a JC tem conseguido é chamar essas pessoas a si e explicar, se esses jovens assim o quiserem, qual deve ser o seu papel numa associação”; um *serviço de interpretação e leitura política* dos textos legais que enquadram a actividade das associações de estudantes: “por exemplo, quando foi o caso da regulamentação da lei das associações de estudantes nós imediatamente pegámos na lei, fizemos as devidas anotações e lançámos para todas as escolas que eram nossas”. A este propósito, conta o seguinte episódio: “anteontem, chegou aqui um grupo de raparigas e rapazes que pertencem a uma comissão de alunos não admitidos na Universidade por causa do ponto de bonificação que o Ministério quer retirar. Falaram connosco... Na quarta-feira demos a conferência de imprensa e no texto dessa conferência imediatamente tínhamos a posição tomada de solidariedade da JC para com os jovens que pertenciam a essa comissão e exigindo ao ministério que não retirasse o ponto de bonificação”.

A JCP alega fornecer um *serviço de dinamização do associativismo estudantil*, no convencimento de que, como diz o dirigente nacional, “os comunistas são os melhores dinamizadores de uma associação de estudantes, pelo envolvimento que têm, pelo tempo que dispensam” e, também, um *serviço de formação*, “nós trabalhamos mais, neste momento, no ensino secundário porque entendemos que temos de contribuir para formar consciências, para a formação dos indivíduos”. Quando o dirigente distrital declara que, na JCP, “trabalhamos com a juventude e pela juventude” fica plenamente confirmado o discurso altruísta da JCP.

No discurso dos dirigentes nacionais e distritais emerge, nitidamente, a ideia de um *espírito de missão* ou de uma *ética de serviço*. Esta orientação é particularmente assumida pelo dirigente nacional da JS: “há muita gente de qualidade, que não vem participar nas nossas fileiras, no nosso trabalho, porque não acredita em nós, porque não acredita que nós aqui estamos a fazer um trabalho sério a favor dos jovens”, e pelo dirigente nacional da JC quando proclama que “a nossa luta é, se quisermos, lutar pelo próprio bem-estar da juventude”. É, pois, com base numa argumentação que sublinha uma lógica de serviço desinteressado que as diferentes OPJ procuram justificar a sua intervenção nas escolas secundárias²³.

2.2. Despartidarização

Apoiando-se num discurso marcado por referenciais políticos e ideológicos da actualidade, os dirigentes entrevistados demarcam-se da ba-

talha partidária travada após o 25 de Abril, adoptando um discurso de recusa das práticas de instrumentalização político-partidária.

Para o dirigente nacional da JSD, a politização do associativismo estudantil “é imprescindível” mas “não deve confundir-se com partidarização” pois, “uma coisa é haver uma estratégia partidária, outra coisa é haver uma estratégia política”. Assim, as associações de estudantes devem ser politizadas já que “nenhuma associação de estudantes pode ter uma percepção nem um procedimento apolítico. Eu direi que pronunciar-se sobre uma reforma educativa, pronunciar-se sobre a gestão da escola, pronunciar-se sobre os interesses dos estudantes é, sempre, um acto político. Outra coisa é saber se ele deve ser dirigido do ponto de vista partidário”. O dirigente distrital, para quem “a ideia de autonomia é uma bandeira”, assegura que “a JSD sustenta a despartidarização do movimento associativo” e salienta que “nós hoje constatamos um progredir nesse sentido. Entendemos que há, de facto, uma despartidarização progressiva e se, no pós 25 de Abril, as listas eram seguramente mais coloridas, hoje em dia há, de facto, listas que nós apoiamos, que pedem apoio, em que a pessoa não está naquela lógica de perguntar, ‘então e filiados, têm’?. Esse é um princípio [a partidarização] que pode matar o próprio movimento associativo. Acabou o tempo das listas por ficheiro. O António militante, o Zequinha militante. ‘É pá, convoca esses gajos no dia 10, para preparar a malta para montar aí uma lista. Isso já se fez. Do género assim: ‘É pá, quem são os militantes que a gente tem aí na escola?. Faz aí um rastreio pelas listas a ver quem são os gajos que estão aí. Convoca esses gajos para uma reunião, vê quem é o melhor gajo que eles têm lá para lançar, seja ou não militante”. Hoje, assegura, “fazemos um grande esforço para estar próximos daquilo que é a forma de estar deles, da forma de sentir deles sem, ao invés de outros, tentarmos transformar os próprios dirigentes associativos em correias de transmissão da nossa forma de ver as coisas”.

O dirigente nacional da JS, depois de salientar que “em Portugal há, muitas vezes, a tentação de verificar quantas escolas são da JS, quantas escolas são da JSD”, garante que essa perspectiva foi “completamente” abandonada pela sua organização. Hoje, diz, “basta-nos um grupo de cidadãos que venha ter connosco e diga, ‘nós queremos concorrer na escola”. O dirigente distrital confirma, parcialmente, o discurso do dirigente nacional: “A JS não tem procurado, salvo nalguns casos em que de facto é perfeitamente evidente a luta partidária, nomeadamente no superior em Coimbra. Ali há grandes apostas. E, em Coimbra, mesmo no secundário as relações partidárias são efectivas porque existem. Não sei se por tradição. Em Coimbra há uma relação muito íntima entre os estu-

dantes e as organizações políticas de juventude. A JS concorre com listas próprias. Penso que nos outros distritos, nos outros concelhos, isso não é evidente”.

A JCP, esclarece o dirigente nacional, “não é a favor da partidização do movimento associativo. Consideramos que as associações de estudantes têm de ser apartidárias, tem dado muito mau resultado a partidização do movimento associativo”. Nas escolas, garante este dirigente, “não há listas da JCP”. O dirigente distrital confirma esta posição: “o partido tem uma posição muito concreta. As listas que se formam com o seu apoio têm de ser listas apartidárias ou unitárias. A JCP não se assume como partido comunista nas escolas. Assume-se como uma associação de estudantes em que os membros dessa associação de estudantes são conhecidos pelos outros colegas. Somos colegas de turma. Por exemplo, todos me conhecem como comunista. À partida procuram conhecer quem é que está na lista, ‘olha, este é comunista’. Como somos apartidários, quando vamos para uma campanha eleitoral, numa corrida eleitoral, nós vamos como independentes porque somos, alguns claro, apontados como comunistas. No entanto, os outros podem ser PSD, podem ser o que forem. Mas independentes. Somos jovens. Somos jovens estudantes. E jovens comunistas. Quando estamos numa associação de estudantes nunca temos como objectivo querer partidizar nem buscar pessoas para o PC”²⁴.

O dirigente nacional da JC demarca-se do associativismo partidizado praticado nos primeiros anos que se seguiram ao 25 de Abril, período em que “as organizações políticas de juventude e as associações de estudantes eram demasiadamente partidárias” e se “jogava muito sobre as bandeiras que cada partido político tinha e que, no fundo, davam a razão de ser das organizações partidárias de juventude que apoiavam, ao máximo, essas eleições”, e recusa uma orientação política que se venha a traduzir numa “intervenção directa da organização”. Tal orientação poria em causa “um dos princípios que é para nós importante. O da autonomia. As associações de estudantes têm o direito de fazer o que quiserem”. A intervenção da JC deve limitar-se à politização dos jovens que, identificando-se com as posições da organização aceitem participar, dentro das estruturas partidárias, num processo de socialização política que consiste “na formação de quadros, em dar-lhes a formação política que nós achamos mais adequada e que defendemos para todos os portugueses”. O dirigente distrital é peremptório sobre a questão da partidização: “eu penso que as associações de estudantes não têm nada que estar controladas ou manipuladas pelas OPJ”.

Como se pode concluir, para os dirigentes partidários despartidarizar não significa, como se poderia supor, o abandono definitivo de qualquer

tipo de intervenção partidária. As OPJ, assumindo um discurso de ideal de serviço, consideram que a sua intervenção é, a vários títulos, absolutamente indispensável à dinamização do associativismo nas escolas secundárias. Desta forma, o termo *despartidarizar* adquire, no vocabulário político das OPJ, um significado muito particular. Trata-se, apenas, de não controlar directamente as listas associativas ou as associações de estudantes e de não exigir ou pressionar a adesão dos jovens às organizações partidárias. Este último aspecto é clarificado pelo dirigente distrital da JS: "eu quando falo de despartidarização refiro-me, pura e simplesmente, à não exigência de inscrição na JS. E à não exigência de um comunicado público a dizer: 'Eu sou candidato pela JS'. Trata-se de uma prática que todas as OPJ reclamam seguir demonstrando, por essa via, estarem interessadas em manter uma ligação com as escolas secundárias. E, de facto, como reconhece aquele dirigente da JS: "...o que existe é uma despartidarização directa. Indirectamente as OPJ continuam ligadas às escolas".

2.3. Autonomia

No quadro do discurso da despartidarização os dirigentes afirmam ter estabelecido um novo tipo de relação com a juventude escolar, conseguida através da substituição do modelo de partidarização por um modelo de intervenção apostado em contribuir para a consolidação da autonomia do associativismo estudantil. A não intromissão nos assuntos internos das associações de estudantes (por exemplo, na composição das listas ou na elaboração e execução dos programas de acção) é reiterada por todos os dirigentes, como prova da nova atitude política das OPJ.

O dirigente nacional da JSD, para quem os partidos políticos não se devem meter "onde não são chamados", considera que "por parte da JSD não existe nesta altura, como nunca existiu nos anos mais recentes, nenhuma preocupação de criar uma atmosfera partidarizante do movimento associativo. Até porque a nossa perspectiva é a de que cada vez mais é imprescindível que as organizações partidárias de juventude exerçam o seu papel político da forma mais genuína, procurando não controlar aquilo que está para além destas organizações". Assim, quando a JSD "apoia, hoje, uma determinada lista numas eleições associativas não tem depois, do ponto de vista da prática política dessa direcção, qualquer correspondência partidária. Não existe qualquer controlo político do trabalho que é exercido". Ou seja, "não existe nem organicamente nem de uma forma informal nenhum mecanismo que funcione posteriormente à eleição. Isto

é, uma vez eleita a direcção da associação de estudantes, não existe qualquer ligação partidária relativamente ao trabalho que é feito”.

Esta descrição é confirmada pelo dirigente distrital: “de facto, pode haver sintonia por parte da lista A, C ou D connosco. Seguramente que nós estamos em condições de percebermos isso mesmo. Seguramente que nós estamos mais vocacionados para apoiar a lista que está mais próxima de nós, mas a partir do momento em que os indivíduos vão para o poder cessou a nossa responsabilidade. Poderá haver a definição de orientações para a estrutura associativa, mas isso reveste a forma de reivindicações ou de participação de militantes numa estrutura própria dentro da estrutura. Agora, o dirigente associativo ‘in action’ não é tutelado pela nossa estrutura”.

A JS, garante o dirigente nacional, apoia sem estar preocupada “em saber qual é a cõr política. Apoiamos. Essa é uma vocação que nós temos. E não fazemos qualquer manipulação nem exigência em matéria de conteúdos dos programas das listas ou daquilo que eles dizem. Há autonomia completa, portanto. Depois tentamos informar dando-lhes informações das posições da JS. Depois, no aspecto formativo, começamos a atacar no sentido de formar os jovens obviamente dentro de determinados princípios socialistas, mas cuja ideologia ou funções doutrinárias são muito poucas. Se, no final, esses jovens entenderem que é na JS que devem ter uma participação mais global, tudo bem. Se não. Tudo bem”.

Entre a JC e as associações de estudantes não existe, segundo o dirigente nacional, “ligação orgânica nenhuma. Nem há exigência de filiação partidária. Não há necessidade de sermos nós a andar em cima deles. Nós já adoptámos este tipo de prática política há muitos anos e eles sabem que quando vêm aqui pedir apoio não vamos estar a massacrá-los. Não vamos estar ali ‘vocês façam isto ou aquilo’. Eles fazem aquilo que entendem”.

Em síntese, para estes dirigentes, o reconhecimento da autonomia do associativismo estudantil concretizou-se no abandono das práticas tradicionais de controlo directo.

3. Ambiguidades e contradições discursivas: interesse partidário e capitalização política

Neste ponto evidenciaremos ambiguidades e contradições discursivas que obrigam a questionar os discursos do ideal serviço, da despartidarização e do respeito pela autonomia do associativismo estudantil. Ambiguidades e contradições reveladas:

- no discurso justificador da intervenção no campo associativo;
- nas práticas políticas de envolvimento do associativismo estudantil na esfera dos interesses partidários.

3.1. Liderança, competição e relativização

Pertencendo a uma diferente geração, a um outro tempo histórico, estes dirigentes reivindicam uma diferente cultura política, contrária a qualquer orientação de aproveitamento político da intervenção no associativismo estudantil.

O dirigente nacional da JC que, no âmbito do discurso da despartidarização, criticou a tradicional “lógica das bandeiras” revela, quando avalia a relação de forças no campo associativo que, afinal, toda a estratégia de intervenção da JC assenta, precisamente, na lógica que diz recusar. Consideremos, a este propósito, as seguintes passagens do seu discurso: a JC, afirma, “tem, ainda, uma grande força no ensino secundário. Eu não tenho dados suficientes que me permitam dizer que somos líderes no ensino secundário no país inteiro. Mas se não o somos, estamos muito próximos. Basta dizer que há dois anos, os últimos dados que tínhamos... Aliás, o ano passado... Não. Há dois anos, sim. Tínhamos 70 dessas 350 escolas [ou seja, de acordo com este dirigente, 20 por cento do total de escolas secundárias com associações de estudantes legalizadas, à data da realização da entrevista]. E isto contando com independentes, com os apoios de outras organizações partidárias de juventude, etc. Há dois anos, portanto, tínhamos esse dado. Neste momento não lhe sei dizer mas, se não está acima disso, está a esse nível outra vez”.

Esta competição obriga a que a JC seja selectiva nos apoios que fornece. Assim, “quando apoia uma determinada lista para concorrer à associação de estudantes exige, apenas, que os jovens não se digam ou não sejam filiados numa outra organização partidária de juventude”. Na luta pela liderança do associativismo estudantil a JC tem ganho e perdido pontos. Por exemplo, “em Guimarães nós tivemos as escolas todas nossas, em Braga também ganhámos este ano duas escolas importantes, creio eu. Evidentemente que, depois, perdemos outras. Estou a falar no equilíbrio que existe”. Mas trata-se de um equilíbrio que a JC pretende *desequilibrar* através de novas *conquistas*: “na segunda feira passada ganhámos a associação de estudantes de Santiago de Cacém. Grândola é nossa. Temos duas escolas em Setúbal. Em Estremoz e em Évora concorreremos sempre. Aliás, temos uma aposta clara no liceu de Beja. Para ganhar. Em Faro estamos a concorrer”. Pode-se assim concluir que, no caso da JC, a ruptura com o passado se terá feito apenas

ao nível do discurso...Este cenário optimista não é partilhado pelo dirigente distrital. No seu distrito a JC enfrenta uma crise que é, dentro da mesma lógica, retratada em termos de ganhos e perdas. “em [cidade], no último ano tem estado apagado houve uma série de crises internas...Recordo-me que foi há dois anos, suponho eu, nós tínhamos a AE do [escola], tivemos a [escola] e tínhamos a Faculdade de Filosofia”.

A JS também afirma ter definitivamente abandonado o modelo de partidização total do associativismo estudantil não estando, por isso, interessada em trabalhar para a conquista de uma posição de liderança no campo associativo. Recordemos, a este propósito, a afirmação do dirigente nacional segundo a qual a JS “abandonou há muito a lógica das bandeiras” não lhe interessando saber “quantas associações são da JS ou da JSD”. Todavia, uma observação deste dirigente a propósito da contestação estudantil à PGA (prova geral de acesso à Universidade) permite concluir o contrário. A JS definiu a sua posição mas “não obrigámos as nossas associações de estudantes a ter essa opinião”. A expressão “nossas associações”, (que está em contradição com o discurso da despartidarização) indicia a presença de uma lógica de apropriação partidária e de aproveitamento político da intervenção no meio associativo estudantil. Lógica que é confirmada quando, a propósito do apoio prestado pela JS a listas concorrentes às eleições associativas, este responsável reconhece que “nós apoiamos, damos os meios e, se daí pudermos aproveitar alguma coisa, ótimo. Já se ganhou”.

O dirigente nacional da JSD não fez qualquer referência a objectivos de liderança e por isso, no seu discurso, não utilizou expressões como “as nossas associações” ou “as nossas escolas”. Este dirigente garante que não obstante o fornecimento de apoio eleitoral, “não se espera contabilizar o número de direcções associativas que a organização elege”. Relativizando a importância do associativismo estudantil ao nível da afirmação política e intra-partidária, o mesmo dirigente esclarece que “A JSD deixou de ser, há muitos anos, uma organização predominantemente estudantil. É obrigada, e é seu dever, a manifestar-se sobre uma série de questões que não têm, necessariamente, a ver com o meio estudantil. Hoje, a JSD é chamada a pronunciar-se sobre a política que é prosseguida ao nível da defesa, da justiça, da habitação, do desenvolvimento regional, das autarquias locais, da regionalização, da política florestal. Enfim, existe uma multiplicidade de áreas sectoriais que têm, de facto, a ver com os jovens e que exigem uma postura de exigência crítica permanente por parte de uma organização partidária de juventude como a JSD. Hoje, a JSD está muito pouco confinada a questões estudantis”. No entanto, o discurso do desinteresse não é confirmado pelo dirigente distrital quando afirma que “é óbvio que a partir do momento em que apoiamos uma lista

queremos que ela ganhe. Nós a partir do momento em que apoiamos uma lista estamos de facto a investir”.

A mesma relativização (ou desvalorização) da importância político-partidária do associativismo estudantil é assumida pelo dirigente nacional da JCP, para quem “já não é através do movimento associativo que a JCP se afirma. Nós afirmamo-nos como uma organização política, mas há camaradas que são das associações de estudantes”. Mais importante que a intervenção nas escolas parece ser o papel desempenhado na Assembleia da República onde “nós, com dois deputados, tivemos mais iniciativas que a JSD, com os seus 18. Apresentámos dezenas delas”²⁵.

Estamos, pois, perante diferentes discursos quanto à importância político-partidária do associativismo estudantil. O da liderança, assumido pela JC. O da aceitação do princípio da competição, assumido pela JS. E o da relativização ou desvalorização assumido pela JSD e pela JCP.

3.2. As práticas político-partidárias

AS OPJ estabelecem relações políticas com listas concorrentes às eleições associativas nas escolas secundárias. No quadro dessas relações asseguram o fornecimento de diverso material de propaganda.

3.2.1. Apoio eleitoral

A JSD fornece, segundo o dirigente nacional, “todo o apoio possível, seja em termos gráficos, autocolantes, calendários, cartazes, manifestos, folhas circulares ou comunicados”. O dirigente distrital confirma, dando novos elementos: “O nosso apoio é um cartaz, é o autocolante, o horário escolar, como material de propaganda. Já houve tempo em que fazíamos os horáriozinhos. Agora não. Agora temos ao autocolantes e os cartazes. Neste momento, os apoios que têm sido prestados cingem-se aos autocolantes e aos cartazes, ficando muito aquém das necessidades em termos de campanha. Há apoios em termos financeiros, ficando aquém das necessidades em termos de campanha. Depois há o angariar de verbas junto de pessoas próximas do partido. Quando esse diálogo é possível no sentido de disponibilizar algum dinheiro para a impressão dos programas. Já houve tempo em que também dávamos as capas dos programas. A capinha do programa, o horário, o cartaz, o autocolante. Numa tabela: número de alunos x cartazes x programas”. Por altura das eleições, “O que nós fazemos é o seguinte. A coordenação para as eleições, o apoio logístico que é coordenado pelo director da comissão do ensino

secundário distrital e os concelhos onde nós temos um responsável local. Temos esta rede de apoio”

Na JS, informa o dirigente nacional, “fazemos o normal. O autocolante, o cartaz, o panfleto”.

A JCP, segundo o dirigente nacional, “...não dá apoio a listas a nível de autocolantes”. O dirigente distrital defende esta opção através da crítica aos processos utilizados pela JSD: “a máquina partidária, em termos monetários, por exemplo de uma JSD, em que na minha escola quando tivemos eleições foi capaz de dar rebuçados, quatro variedades de autocolantes...eles tinham tudo. Como há dinheiro, compra-se o voto. E nas escolas secundárias, há uma camada muito nova....Nós, com um único padrão de autocolante e com uma simples reprodução do programa eleitoral (isso, sim, foi a nossa grande aposta) conseguimos mostrar o que a gente era e fazermo-nos comparar com os outros programas, conseguimos ganhar as eleições contra duas listas. Éramos três listas e há dois anos conseguimos ganhar com um programa eleitoral a preto e branco, tirado do *stencil*. Enquanto os outros tinham cerca de 5000 autocolantes, nós tínhamos 1000 autocolantes para os 5 dias de campanha. O nosso programa eleitoral tinha muito mais qualidade e a única coisa que dissemos a todos os alunos era ‘você não vão pelos autocolantes, não vão pelas canetas’. A gente foi buscar outras formas de luta, para mim muito valiosas. Em vez de estarmos a dar autocolantes e prontos ‘tomá lá mais uns rebuçados’, perdíamos mais tempo, íamos para uma sala, falávamos com os alunos sobre o nosso programa eleitoral”.

A JC, segundo o dirigente nacional, limita-se a fornecer “cartazes, autocolantes, ajuda para a elaboração do programa, se a pedirem, e apoios para os programas. A gente tira fotocópias ou vai para o *offset* e manda para eles. Nada mais”. Descrição confirmada pelo dirigente distrital: “muitas pessoas iam lá, por exemplo, na altura em que se realizavam as eleições para as AE. Aparecem sempre várias listas, vários grupelhos, digamos assim, na sede a pedir apoio. Simplesmente era um apoio que, no fundo, era um apoio material. Era um apoio para cartazes, porque nós tínhamos cartazes em *stock*, tínhamos autocolantes em *stock*, tínhamos determinados folhetos em *stock* e, naturalmente, nós fornecíamos essa tralha toda para eles”.

3.2.2. Participação encoberta nas eleições associativas

Os dirigentes partidários asseguram que, no quadro da política de despartidarização, as OPJ deixaram de participar, de forma directa ou indirecta, nas eleições associativas.

Todavia, não é isso que se passa, pois, como em seguida mostraremos, através do fornecimento de apoio eleitoral as OPJ participam efectivamente mas de forma camuflada nas eleições associativas²⁶. Com efeito, algum do material de propaganda usado nas campanhas eleitorais pelas listas concorrentes apoiadas pelas OPJ, com particular destaque para os cartazes e autocolantes contém, sob diversas formas, marcas (símbolos, cores) que permitem identificar a origem partidária do apoio obtido. Ou seja: uma determinada lista apoiada, por exemplo pela JSD, utiliza, como material de propaganda cartazes e autocolantes em que não aparece a sigla ou o nome desta organização, mas sim a cor símbolo do partido a que esta OPJ pertence. Assim, na campanha eleitoral, esta lista apresentase ao eleitorado sob a designação de lista A mas, na escola, muita gente sabe que a lista A é, também, a lista da JSD. Como explica o dirigente distrital da JS: "os autocolantes da JSD têm um tom laranja. Dizem lista A, lista B ou lista C, mas têm uma cor laranja. São identificáveis. Os da JS, este ano por acaso não tinham mas nas anteriores eleições costumavam ter um tom avermelhado. Os da JC, azul e amarelo. É perfeitamente identificável quem apoia quem e quem é apoiado por quem".

A participação mesmo que encoberta das OPJ nas eleições associativas encontra, por vezes, forte oposição dentro das próprias escolas. O dirigente distrital da JS recorda uma situação por si vivida: "Lembro-me que quando fui estudante do secundário que havia esse sentimento e já na altura se falava que as listas que iam ser apoiadas não eram a lista A mas ia ser a lista da JS, não ia ser a lista B mas ia ser a lista da JSD. E o Conselho Directivo opôs-se terminantemente à ideia. Na secundária [nome da escola]. Foi há uns 8 ou 10 anos. E daí para diante nunca mais houve nenhuma candidatura em que isso acontecesse. Os apoios políticos são sempre camuflados na tal tonalidade dos autocolantes das listas"²⁷.

Outras vezes a resistência ao *marketing político*²⁸ das OPJ surge dentro das listas a quem estas organizações fornecem apoio eleitoral. Como recorda o dirigente distrital da JC: "por lei era proibida a participação de listas apoiadas por movimentos partidários. Apoiadas isto é, com a sigla, com o nome. Havia uma limitação legal. Inclusivamente nós tínhamos alguma dificuldade por vezes quando uma determinada lista apoiada por nós vencia as eleições, havia sempre pessoas dentro dessa lista que punham grandes reticências a que a JC divulgasse, publicitasse a nossa vitória"²⁹.

Com efeito, quando os jovens votam em listas apoiadas por OPJ estão, de facto, a votar em duas coisas muito distintas: directa e visivelmente nos colegas da escola que, organizados numa determinada lista, se apresentam como candidatos à liderança da associação de estudantes e,

muito provavelmente sem que muitos o saibam, a *votar* nesta ou naquela OPJ³⁰.

O dirigente distrital da JC confirma, plenamente, a utilização, por parte das OPJ, deste processo de produção de resultados políticos e exalta a sua rentabilidade: “em termos de ganhos e perdas continua a ser viável a utilização marcadamente partidarizada das listas. É uma relação de ganhos e perdas. A hipótese de ganharmos uma determinada AE e de reivindicarmos essa vitória faz com que continue a ser viável”.

3.2.3. Condições políticas

A participação encoberta nas eleições associativas das escolas secundárias inclui, assumidamente no caso de algumas OPJ, o estabelecimento de um acordo político.

No quadro do discurso do ideal de serviço o dirigente nacional da JS declarou que o apoio eleitoral não visava obter contrapartidas políticas e partidárias. Avaliemos essa garantia com a seguinte declaração do dirigente distrital desta organização: “nós nunca exigimos e em [cidade] nunca se exigiu aos miúdos que se filiassem no PS, que participassem depois nas reuniões da JS e que dissessem publicamente que são da JS. Nunca se exigiu isso. Agora, o que há e penso que seja salutar é uma publicação nos jornais em que as OPJ chamam a si as vitórias. Ganhámos esta escola, ganhámos aquela. Isso é feito. Se calhar, é essa a contrapartida que nós queremos. Eles ganham e nós tentamos ganhar também. Não há a pressão de dizer ‘se queres ser candidato com apoio da JS tens de te filiar’. Isso é uma perspectiva perfeitamente errada. A única contrapartida que há e vai para a comunidade que muitas vezes não é a comunidade estudantil, porque eles não lêem os jornais, a maior parte das vezes. Na comunicação social. Em geral nos jornais locais mais como guerrilha no circuito político das OPJ. Tudo na vida se processa por negócio. E por transacção. E se quisermos ver as coisas desse ponto de vista, suponho que haja uma transacção, um negócio. A contrapartida que existe é de facto este tal joguinho político”.

A JC, como acima salientámos, aposta, decididamente, no objectivo da liderança do associativismo estudantil. O seu dirigente nacional utiliza, abertamente, o discurso da conquista de escolas e associações. O dirigente distrital revela-nos o processo seguido na construção dos discursos de vitória: “Ora bem, uma das condições, pelo menos enquanto eu estive na Comissão Concelhia da JC, uma das condições para o nosso apoio era que nós, no fim, iríamos divulgar, digamos assim, iríamos publicitar, caso eles vencessem, que essa lista tinha o nosso apoio. Isso

é uma das condições fundamentais. Era logo uma das primeiras condições que nós púnhamos aos membros da lista. Se vocês ganharem a JC sai para os jornais a dizer que ganhou e que apoiou a lista vencedora dessa escola”.

Como se pode concluir, o apoio eleitoral constitui, de facto, um serviço político que visa, de forma muito directa, a satisfação de interesses partidários³¹.

3.2.4. O “pragmatismo oportunista” das listas concorrentes

Determinadas listas concorrentes às eleições associativas procuram, activamente, o apoio das OPJ. Esse apoio, quando concretizado implica, em troca, uma relação de cumplicidade objectiva com os interesses e objectivos daquelas organizações.

Sem recursos financeiros que lhes permitam a aquisição de meios de propaganda³², determinadas listas candidatas à liderança das associações adoptam, em relação às OPJ, a atitude deliberadamente pragmática de as utilizar como fontes de recursos necessários ao brilho, animação e capacidade de atracção das eleições associativas³³. O melhor exemplo deste pragmatismo é-nos dado pelo facto de, no quadro da competição eleitoral, as referidas listas se mostrarem completamente indiferentes em relação à origem partidária do apoio solicitado. Como relata o dirigente nacional da JCP: “eles aparecem-nos aqui a dizer nós fomos ao PSD, mas o PSD não tinha e nós viemos aqui. E andam a correr as organizações políticas todas à procura de quem os apoie. E isto não são um, nem são dois. São vários que aparecem nessa situação”.

Mas essa indiferença pragmática que facilita os aproveitamentos político-partidários também se verifica quando as listas concorrentes *se estão nas tintas* para o facto de os cartazes e autocolantes com que se apresentam ao eleitorado denunciarem, através de palavras, figuras, símbolos e cores que a lista é desta ou daquela OPJ. Como diz o dirigente distrital da JS “os jovens, não fazem finca pé nisso. Porque o que eles querem é os autocolantes”.

É por isso que este dirigente considera que os jovens integrantes das listas concorrentes às eleições associativas “são oportunistas na altura das campanhas eleitorais” uma vez que “o que lhes interessa é de facto o contributo. É arranjamem essencialmente a campanha eleitoral para a poderem fazer sem estarem a dispendir dinheiro do bolso deles, nem estarem preocupados a pedirem patrocínios, conseguirem fazer uma campanha eleitoral que seja melhor que a dos outros, que tenha mais autocolantes. E na maior parte das vezes eles dirigem-se áqueles que no

ano passado deram mais, para ver se conseguem arranjar mais publicidade. E é uma das razões porque nunca são procuradas as juventudes partidárias, para os ajudar a trabalhar”. Esta visão é partilhada pelo dirigente distrital da JC para quem, “a grande maioria dos jovens encara isto de uma forma um pouco leviana. Eles querem é estar lá...Eles querem é apoio. Querem é o suporte material que lhes permita fazer um vistaço. E permita entrar naquela guerra, pelo menos tentando ter os mesmos meios que as outras listas. Eu penso que a grande maioria está-se um pouco marimbando para o facto de serem de direita ou de esquerda, de serem democratas-cristãos ou sociais-democratas”³⁴.

O *pragmatismo oportunista* das listas que recorrem ao apoio eleitoral das OPJ introduziu um novo elemento no campo associativo. Como diz o dirigente nacional da JS, “a relação que havia no passado, de instrumentalização das associações de estudantes por parte das OPJ, agora é ao contrário”. Mas, como acima vimos, a JS estabelece com as referidas listas um negócio político de que extrai diversas vantagens. Por isso não surpreende que este dirigente conclua que “se tem de haver alguma instrumentalização nós queremos que sejamos nós a ser instrumentalizados”...

3.3. Capitalização política

Com base na participação encoberta nas eleições associativas, as OPJ extraem determinados resultados e retiram determinadas conclusões políticas.

O dirigente distrital da JC admite, abertamente, que quando a sua organização apoia uma lista procura, depois, “aproveitar, se essa lista ganhar, aproveitar esse facto para publicitar e divulgar um pouco mais o nome da organização pois é sempre uma certa bandeira, dizermos que ganhámos tal e tal, temos o apoio dos jovens. Aliás, a JC, durante muitos anos foi uma das organizações (75, 76 e 77) era a OPJ que maior número de estudantes tinha no país”.

Definindo as relações competitivas das OPJ no espaço associativo como uma “guerrilha salutar”, o dirigente distrital da JS considera que “não se está a ferir ninguém ao dizer que digamos, a JS tinha ganho 60 por cento das escolas. Pronto, vamos imaginar que a JS ganhava 60 por cento das escolas secundárias. Se a JS disser que domina o associativismo no distrito, penso que não se está a ferir ninguém ao dizer isto”.

Analisemos o esquema político da JS e da JC à luz do que acima escrevemos sobre a participação encoberta das OPJ nas eleições

associativas. É de admitir que, nas escolas secundárias, muitos jovens ficassem bastante surpreendidos se lhes fosse revelado que ao votarem, por exemplo, numa lista A estariam também a votar, por exemplo, na JS. De facto, o que realmente se passa é uma situação de dupla contabilização do voto. Os votos na lista A, para prosseguirmos neste exemplo, são, na escola, contabilizados pelos membros dessa lista. E, no exterior, pela OPJ apoiante. Em consequência, se a lista A vencer as eleições, a vitória será objecto de uma dupla reivindicação: dentro da escola pelos membros e apoiantes da lista; fora da escola, pela OPJ que forneceu o apoio eleitoral.

É através deste expediente que a JS e a JC constroem os discursos da *liderança*, da *representatividade*, da *influência* e da *forte implantação* nas escolas secundárias e, por extensão, entre a *juventude*. É evidente que a avaliação da *força*, *implantação* e *influência* só pode ser feita por comparação com as formações partidárias rivais. E o que se compara é, precisamente, o número de escolas e associações *conquistadas*.

Os dirigentes da JS e da JC revelaram-nos este processo através da utilização de expressões como, por exemplo, *as nossas escolas* ou *as nossas associações*. O método usado é muito simples e directo: numa determinada cidade existem, digamos, sete escolas secundárias. A JS, por exemplo, pretende *ganhar* essas escolas. Para isso terá de apoiar uma e uma só lista em cada uma das sete referidas escolas, fornecendo material de propaganda, especialmente cartazes e autocolantes que, não contendo a sigla e o símbolo da organização são, no entanto, identificáveis através da côr ou de outros sinais. Os sinais de identificação são obviamente indispensáveis se se pretende evitar confusões e ambiguidades na reivindicação de *vitórias* ou seja para se conseguir saber o que se *ganhou* e o que se *perdeu* e para, logicamente, fazer o mesmo tipo de cálculos em relação às OPJ rivais.

Assegurada a operacionalidade da manobra de envolvimento e apropriação partidária de eleições associativas que, em princípio, dizem apenas respeito à juventude escolar, *é só esperar* pelo momento de contagem dos votos, para se saber se se *perdeu* ou *ganhou* mais uma escola ou mais uma associação. Assim se, por exemplo, cinco das sete listas apoiadas pela JS vencerem as eleições nas respectivas escolas, a JS dirá que *controla* 70 por cento das escolas da cidade, um resultado que *demonstra* o *apoio massivo* que a *juventude da cidade* dá esta esta organização... Depois, é só alargar este processo de *alquimia política*, (na base do qual se constrói e rentabiliza uma realidade política virtual uma vez que a lógica do voto juvenil escapa por completo, como aliás o reconhecem os próprios dirigentes partidários, a qualquer tipo de identificação política ou ideológica com as OPJ) ao nível concelhio e verificar se também poderá reivin-

dicar uma hegemonia a nível distrital. Contabilizando os resultados eleitorais das listas apoiadas pela JS a nível nacional verificar-se-á se existem condições para declarar que a JS é a OPJ maioritariamente apoiada pelos jovens portugueses... Percebe-se agora melhor o que levou o dirigente distrital desta OPJ a revelar que, no quadro da competição inter-OPJ, se “torna essencial a capacidade que uma organização nacional de juventude tenha de pôr cá fora, para as escolas, o material de campanha que eles necessitam”. Tão essencial que o dirigente distrital da JSD lamenta o facto de os apoios prestados ficarem “muito aquém das necessidades em termos de campanha”. O aumento dos recursos disponíveis, isto é, o acesso a uma maior quantidade e variedade de material de propaganda depende, frequentes vezes, como revela este dirigente, da “luta curiosa dos próprios dirigentes associativos para conseguir uma maior fatia do orçamento da JSD para este campo”.

A manipulação política dos resultados eleitorais é denunciada pelo dirigente nacional da JCP: “é toma lá os autocolantes, toma lá os cartazes, por acaso ganham porque tinham aqueles cartazes, porque tinham aqueles autocolantes, e, então essa força partidária diz: ‘nós ganhámos uma associação de estudantes na escola X’. Que não tem nada a ver”. Claro que tem a ver uma vez que as OPJ que admitem recorrer a esta estratégia pretendem, acima de tudo, reivindicar resultados que possam sustentar uma imagem de eficácia política, mesmo que artificialmente construída. E, de facto, como reconhece o dirigente distrital da JS: “Só reivindicamos as vitórias. É um resultado puramente falso. Os resultados muitas vezes são falsos. É um discurso político. Perfeitamente político. Que, do meu ponto de vista diz respeito à tal guerrilha salutar, à tal guerrilha entre as OPJ. Não é límpido esse discurso. É um discurso político obviamente”.

Rejeitando os discursos da liderança e da competição e relativizando a importância político-partidária do associativismo estudantil, a JSD e a JCP demarcam-se da JC e da JS afirmando não terem em consideração os resultados eleitorais das listas que apoiam. Analisemos em primeiro lugar a JSD. Esta organização, segundo o dirigente nacional, continua “a investir, tanto em termos financeiros, como políticos e humanos muitíssimo na área do secundário” sendo “a única organização partidária de juventude que está disposta a participar e a apoiar qualquer eleição associativa ao nível do ensino secundário” ao contrário da JS, da JC e da JCP cuja intervenção é “extremamente selectiva” baseada no apoio “às direcções associativas em determinadas áreas. E em determinados distritos”. O balanço do apoio prestado à escala nacional permite ao dirigente distrital concluir que “nós hoje temos a consciência de que somos a força mais

forte em termos de acompanhamento da realidade do movimento associativo”. Mas a JSD, em respeito pela autonomia das direcções associativas, limita a sua intervenção material no campo associativo ao fornecimento de material de propaganda a listas concorrentes às eleições associativas. Como garantiram estes dirigentes, a JSD nem sequer procura saber se as listas por si apoiadas cumprem ou não o programa eleitoral. A intervenção da JSD, tal como a das outras OPJ, limita-se a estar preparada para, em cada ano lectivo, fornecer material de propaganda, isto é apoio eleitoral a listas concorrentes por vezes, mas nem sempre, como explicou o dirigente distrital, seleccionadas com base em critérios de proximidade ou afinidade ideológica.

Sendo assim, a reivindicação de uma posição de superioridade em termos de “acompanhamento da realidade do movimento associativo” só pode significar que a JSD é a OPJ que mais listas concorrentes apoia a nível nacional. Actuando à escala nacional a JSD fornece material de propaganda, especialmente cartazes e autocolantes em que estão impressos sinais identificadores da *entidade fornecedora*. Assim, tal como no caso das outras OPJ, a JSD beneficia de uma situação de dupla votação uma vez que, nas escolas, quando os jovens votam nas listas apoiadas pela JSD estão *ipso facto* a votar também na JSD. Ou seja, esta organização fica em condições de, tal como outras OPJ, contabilizar as vitórias e as derrotas das listas que apoia. O dirigente nacional nega, enfaticamente, tal hipótese. Mas, por seu lado, o dirigente distrital é muito menos assertivo a este respeito admitindo que “é óbvio que a partir do momento em que apoiamos uma lista queremos que ela ganhe” e que, “na medida em que há apoio às listas nós temos uma percepção de como é que isto vai em termos de distrito”.

Ou seja, a JSD sabe, exactamente, “na medida em que há apoio a listas” qual a sua posição no quadro da relação de forças inter-OPJ. Todavia, garante o dirigente distrital, a JSD abandonou a tradicional forma de capitalização política ainda usada pela JS e pela JC que é, como vimos, expressa através de um discurso de conquista de escolas e associações: “Nós não estamos no relatório final a dizer ‘apostámos em dezasseis escolas, ganhámos seis, perdemos seis para a JC e tal. “Já houve tempos em que isso se fez. Há na JSD relatórios disso. Como houve em todas as organizações. É minha convicção. Hoje não faz sentido”. De facto a JSD não utilizando, pelo menos publicamente, o discurso da conquista, mantém uma maior coerência com os discursos do ideal de serviço, da despartidarização e da autonomia. Mas significará isso que a participação encoberta da JSD nas eleições associativas das escolas secundárias não visa, também, a extracção, directa, de uma mais-valia eleitoral?

Nesta análise, é preciso não esquecer-lo, trabalhamos com o discurso político de dirigentes partidários, não fomos às escolas secundárias tentar obter mais informação pertinente, nem, como é obvio, temos acesso aos *segredos partidários*. Por isso, não podemos, se quisermos, como queremos, respeitar uma certa objectividade analítica ultrapassar os limites de revelação da realidade inscritos no próprio discurso político recolhido e analisado. Porém, parece-nos plausível colocar a hipótese de, ao contrário de outras OPJ, a JSD ter percebido que não faz realmente sentido reivindicar a conquista de escolas e de associações expondo-se à crítica de falta de coerência em relação aos proclamados discursos do ideal de serviço, despartidarização e reconhecimento da autonomia do associativismo estudantil quando, o que realmente importa, do ponto de vista dos seus interesses específicos, é conquistar influência dando-se a conhecer através de uma ocupação extensiva do espaço eleitoral associativo e conseguir manter, no quadro da competição com as outras OPJ, uma posição junto da juventude escolar que permita continuar a retirar dividendos quer para si própria, quer para o partido a que pertence.

É pois provável que a JSD, uma organização a quem, de certa forma, estava proibido o recurso a uma linguagem de conquista, para escapar à recorrente acusação das outras OPJ de que a sua estratégia visa a “compra do voto” da juventude através da utilização de avultados recursos eleitorais proporcionados pelo PSD³⁵, tenha reformulado a sua estratégia e formas de intervenção com base no princípio de que, tendo em conta as mudanças operadas no espaço associativo e as condicionantes políticas da sua intervenção, é mais importante capitalizar do que controlar. De facto, enquanto outras OPJ insistem no discurso mais facilmente desmontável das escolas e associações conquistadas, a JSD, protegendo melhor o discurso do ideal de serviço, da despartidarização e da autonomia associativa realça e capitaliza o discurso da desinteressada contribuição para a dinamização de um associativismo oficialmente exaltado³⁶ mas sem recursos que contribua para uma mais efectiva preservação da sua autonomia³⁷.

A JCP critica o expediente político da transformação das vitórias associativas em vitórias partidárias. Todavia, declarações do seu dirigente distrital permitem concluir que esta OPJ também avalia a sua posição relativa no mercado eleitoral do secundário com base nos mesmos indicadores usados pela JS e pela JC. Referindo-se à crise que afecta a sua organização este dirigente lamentou o facto de “estarmos a perder muitas AE. A nível eleitoral nós tivemos um bocado o apogeu da JCP. Há quatro anos tínhamos o [escola], tivemos a [escola]. Foi uma época importante. Só que a vida não perdoa e hoje...tivemos uma quebra. Não temos agora

seguidores para continuar o nosso trabalho. Éramos muitos e, de repente, passámos a ser muito menos”. É evidente, neste discurso de contabilização de vitórias e derrotas, que a JCP funciona numa lógica competitiva e que interpreta as derrotas das listas que apoia como derrotas da própria organização e como um indicador da perda de prestígio e influência entre a juventude.

4. Reprodução política

4.1. Exigências internas dos aparelhos das OPJ

A produção de resultados políticos no campo associativo das escolas secundárias³⁸ constitui a base de pressões tendentes à conquista de maior representatividade nas estruturas internas dos partidos-quadro. Essas pressões parecem determinar, dentro de cada OPJ, uma competição entre os líderes das diversas estruturas distritais. Face às características (e à lógica própria) do modelo de capitalização política posto em prática com base na intervenção dissimulada no ensino secundário, é de supôr que na luta pela conquista de maior peso dentro dos partidos-quadro, os vencedores sejam os dirigentes que *melhores resultados* apresentem no final de cada *ciclo eleitoral*. Como explica o dirigente distrital da JS: “mesmo em termos nacionais tentamos abranger todos os distritos. Só que uma Comissão Nacional tem 50 elementos. Alguns terão de ser da confiança do Secretário-Geral, restam muito poucos da cada distrito. E esta guerra de números, com o peso específico que tem o distrito de [cidade] comparativamente com o distrito do [cidade]. Isso serve-nos de base de negociação dizermos que temos 60 por cento das associações do ensino secundário, que estamos a fazer um bom trabalho a nível de representação dos jovens, ou que há uma boa ligação entre a JS e as escolas, que os jovens se identificam com a JS no distrito, etc. Serve como base de negociação para que a nível interno consigamos maior representatividade”.

Um outro objectivo das OPJ é o de assegurarem as condições da sua acção política. Por isso é fundamental o recrutamento de jovens para integrarem o corpo de militantes mobilizáveis para a realização das tarefas políticas que se inscrevem nos diversos campos de intervenção das OPJ. Como reconhece o dirigente nacional da JSD, “o movimento associativo do secundário continua a constituir uma boa base de recrutamento de quadros políticos das organizações partidárias de juventude, embora no que toca à JSD, ele não seja o universo fundamental de recrutamento”. Na JC, diz o seu dirigente nacional, entrando, uma vez mais,

em contradição com o discurso do ideal de serviço, o recrutamento de quadros “é o primeiro grande objectivo”³⁹ sendo o ensino secundário “uma das grandes fontes de quadros da JC”. Na JS, revela o dirigente nacional, o recrutamento faz-se “não só na associação de estudantes como na escola” uma vez que, “na escola como nos sindicatos, como noutros sítios, há viveiros importantes de cérebros humanos que são úteis à JS”.

A intervenção no campo associativo, no quadro de um modelo de competição político-partidário, proporciona às OPJ uma escola de formação política. Com efeito, como reconhece o dirigente distrital da JSD “grande parte dos quadros políticos da própria estrutura foram formados no ensino secundário”. Esta função é igualmente reconhecida pelo dirigente distrital da JC para quem a intervenção no campo associativo “também faz parte de uma certa aprendizagem por parte desses militantes da JC que se envolvem nesses movimentos associativos. É também um pouco uma espécie de aprendizagem, uma escola. Pelo menos nós sempre olhámos para isso dessa forma”⁴⁰.

Por outro lado, o trabalho político desenvolvido nas escolas secundárias funciona, a nível interno das OPJ, como plataforma para a construção de carreiras políticas. A apresentação de um *bom currículo* na *tarimba* do associativismo estudantil é vista como uma condição prévia à promoção política intra-partidária de muitos dirigentes e militantes das OPJ. Como diz o dirigente nacional da JSD, “há hoje e houve durante alguns anos uma série de dirigentes distritais e nacionais da JSD, como de outras organizações partidárias de juventude que, justamente, foram oriundos do movimento associativo, especialmente do movimento do secundário”. Este facto é igualmente salientado pelo dirigente nacional da JCP: “se nós olharmos hoje para os principais líderes das organizações partidárias de juventude vemos que vieram do movimento associativo, que foram líderes desta ou daquela situação”.

As OPJ procuram, também, manter as suas posições no campo associativo do ensino secundário (e também no ensino superior onde, sintomaticamente, continuam a concorrer às eleições associativas com base em listas partidárias) para se colocarem em posição mais favorável à aplicação de táticas de infiltração e condução política de movimentos de contestação estudantil. Finalmente, a intervenção no meio associativo estudantil é considerada fundamental à legitimação do pretendido monopólio da representação política legítima da juventude escolar⁴¹. A reivindicação desse papel está presente no discurso de todos os dirigentes entrevistados. O dirigente nacional da JC dá um bom exemplo quando afirma que a sua organização pretende “representar os jovens” e “tirar todo o saber que os jovens nos conseguem transmitir para o próprio

partido”. Pode pois concluir-se que a intervenção das OPJ enquanto formações partidárias está, em grande medida, orientada para a satisfação de interesses próprios ligados à sua sobrevivência e desenvolvimento. Esses interesses são claramente admitidos pelo dirigente distrital da JC: “O objectivo no fundo é através desse apoio captar o maior número de militantes para a organização, tentar um pouco difundir e transmitir a nossa mensagem, o nosso programa, as nossas ideias, não é?”⁴².

4.2. Prestação de serviços aos partidos quadro

Não são apenas os interesses próprios das OPJ enquanto *partidos dentro de partidos*⁴³ que, em nossa opinião, podem explicar a intervenção no meio estudantil do ensino secundário. Outros interesses são detectáveis e desocultáveis a partir de uma análise que situe aquelas organizações no interior das respectivas tutelas partidárias. As OPJ prestam um diversificado conjunto de serviços políticos aos partidos a que pertencem. Entre esses serviços podemos incluir: o recrutamento e formação de quadros⁴⁴; a articulação dos movimentos e lutas estudantis com os interesses e estratégias mais globais dos partidos em que se integram adoptando, consoante as circunstâncias, táticas de radicalização dos movimentos estudantis ou táticas de regulação ou gestão dos conflitos através da tentativa de imposição de critérios de *racionalidade política*⁴⁵; o fornecimento de referenciais político-partidários aos jovens através da *dramatização*, no espaço escolar, da conflitualidade político-partidária⁴⁶; a mobilização da juventude para a luta política, particularmente no quadro de campanhas eleitorais⁴⁷; a conquista de bases sociais e eleitorais de apoio entre a juventude⁴⁸.

A específica função política das OPJ no quadro do sistema de partidos é bem ilustrada pela seguinte declaração do dirigente distrital da JCP: “não é o PCP que vai ajudar a JCP. Acho que é mais a JCP que ajuda pela sua dinâmica jovem, os seus acontecimentos, colando cartazes em grupo. Acho que é aí que a JCP vai mostrar o que vale para o PCP. Estamos todos unidos, fazemos todos uns pelos outros. Também na elaboração de programas eleitorais somos muito ouvidos. Tivemos agora um Encontro no Seixal em que foram tratados os principais problemas que afectam a juventude. Tivemos lá a juventude de Trás-os-Montes, do Vale do Ave, donde tirámos diversas directivas para o programa eleitoral. Nas pré-campanhas e nas campanhas organizam-se estratégias nas quais todo o aparelho partidário reúne e em colectivo vamos decidir como é que vai ser a campanha. Onde vai entrar logicamente a juventude, os trabalhado-

res e os trabalhadores estudantes. E em conjunto definimos quais vão ser as linhas de orientação”⁴⁹.

5. Conclusão

Da análise efectuada é possível retirar e sintetizar várias conclusões. A primeira é a de que existe, de facto, um novo discurso das OPJ em relação ao associativismo estudantil. Com efeito, o discurso da despartidarização, usado para marcar uma ruptura com o modelo de partidarização directa e total do associativismo estudantil, é proclamado por todas as OPJ. Os dirigentes afirmam que, actualmente, as OPJ não visam, ao contrário do passado, o controlo político, ideológico e orgânico das associações de estudantes. O discurso da despartidarização é reforçado pelo discurso do ideal de serviço que visa acentuar uma reclamada *vertente filantrópica* que os dirigentes afirmam ter concretizado através da prestação de serviços desinteressados ao associativismo estudantil.

Uma segunda conclusão é a de que foram, de facto, introduzidas mudanças nas formas de intervenção das OPJ no meio associativo das escolas secundárias. No passado, as OPJ participavam directamente nas eleições associativas, apresentando listas próprias. Actualmente, as OPJ limitam a sua intervenção material ao apoio logístico e financeiro a listas concorrentes. Estas dispõem de total liberdade na definição e execução dos seus planos de actividade. A não participação de listas de extracção partidária nas eleições associativas, a ausência de controlo directo da actividade das associações de estudantes, a não-interferência nas decisões das listas associativas são as alterações que, de acordo com os dirigentes partidários, comprovam o discurso da despartidarização. Mas esta auto-limitação das OPJ não contribui apenas para credibilizar o discurso da despartidarização. Tem, também, a vantagem política de evitar que as OPJ possam, de alguma forma, ser responsabilizadas por eventuais fracassos das direcções associativas eleitas com o seu apoio.

Uma terceira conclusão é a de que as OPJ mudaram o seu discurso e as suas formas de actuação porque pretendiam perpetuar um campo de investimento político com diferentes níveis e tipos de reprodutividade e não porque estivessem interessadas, como pretenderam fazer crer os seus dirigentes, na prestação de serviços desinteressados ao associativismo estudantil. De facto, mesmo admitindo mudanças efectivas na cultura política dos actuais dirigentes das OPJ, os discursos do ideal de serviço, da despartidarização e da autonomia têm um valor essencialmente retórico

funcionando como *cortinas de fumo ideológicas* para ocultar os motivos da presença encoberta das OPJ no espaço associativo estudantil.

Com efeito, uma coisa é criticar e abandonar o modelo de partidarização directa e total do campo associativo estudantil e o discurso político que o justificava. Outra, muito diferente, é prescindir de qualquer interesse político-partidário nesse campo. Pensamos que a nossa análise tornou evidente que o associativismo estudantil continua a ser visto pelas OPJ como um espaço de competição e reprodução política de que não querem ou não podem prescindir, precisamente porque a preservação desse espaço está ligada à protecção dos interesses permanentes das OPJ enquanto organizações partidárias.

Pode-se pois concluir que, para salvaguardar a multiplicidade de interesses⁵⁰ que se jogam no campo associativo (reprodução política, prestação de serviços políticos aos partidos-quadro, conquista de influência sobre a juventude), as OPJ se viram forçadas a substituir o modelo histórica e politicamente esgotado da partidarização total por um novo modelo baseado na técnica da camuflagem⁵¹ que permitiu, até ao momento (e não obstante a sua crescente denúncia e contestação), manter o associativismo estudantil na esfera dos interesses partidários⁵².

Com efeito, para entender a importância da intervenção política no campo do ensino secundário, é preciso ter em conta a função política e estratégica das OPJ no quadro da luta partidária. Estas organizações estão especialmente vocacionadas para, no quadro da divisão intra-partidária do trabalho político garantirem, aos seus respectivos partidos-quadro, uma certa capacidade de manobra sobre a juventude enquanto potencial clientela eleitoral e alvo político susceptível de diversas formas de utilização na competição inter-partidária. As escolas secundárias, enquanto lugares de concentração massiva da juventude constituem, pois, um terreno propício à aplicação de estratégias que visem a reivindicação e a capitalização política de um real ou artificial *apoio da juventude*⁵³.

O definitivo abandono de qualquer forma de intervenção no meio associativo libertando as escolas secundárias quer das estratégias e formas de acção directa (típicas do período pós-25 de Abril) quer das estratégias e formas de acção dissimulada (adoptadas, *grosso modo*, a partir de finais da década de 70) teria, como efeitos objectivos, por um lado, a eliminação de um importante campo de manobra e de reprodução política das OPJ e a substancial redução do capital político de *representatividade* necessário ao sucesso das estratégias de promoção intra-partidária e, por outro lado, a mais fácil recondução da dinâmica associativa a uma lógica estritamente escolar.

Finalmente uma reflexão sobre o papel que na trama política construída no campo associativo do ensino secundário desempenham, com particular

destaque, os jovens integrantes das listas que solicitam apoio eleitoral às OPJ. Seria eventualmente tentador considerá-los vítimas ingênuas de agentes políticos que, na prossecução de interesses próprios, agem numa lógica friamente profissional. Mas parece evidente, a crer nas informações prestadas pelos dirigentes entrevistados, um alinhamento consciente dos referidos jovens, num jogo político que implica a aceitação, igualmente consciente, das já salientadas conveniências partidárias: fornecimento de material de propaganda em troca da reivindicação das vitórias eleitorais por parte das OPJ; utilização, nas campanhas eleitorais, de material de propaganda contendo marcas identificadoras da origem partidária; aceitação da participação dissimulada das OPJ num acto eleitoral que, formalmente, diz apenas respeito à população escolar; cumplicidade, com as OPJ, no combate eleitoral a listas concorrentes formadas à margem da intervenção partidária⁵⁴.

De facto, nas escolas, determinadas listas concorrentes parecem não hesitar em recorrer aos apoios que as OPJ lhes podem fornecer sabendo que esse apoio, embora partidariamente conotável em termos públicos, não arrastará formas de controlo efectivo em termos programáticos, de acção e de avaliação do seu desempenho, no caso de serem eleitos. Quando muito, permitirá uma lógica de contabilização de ganhos e perdas por parte da respectiva OPJ *apoiantes*, quer em termos partidários (internos) quer em termos públicos, sobretudo na comunicação social que, de resto, os estudantes são supostos ignorar.

Esta cumplicidade estratégica, parece assente numa racionalidade de tipo económico (cálculo custo-benefício) e apelar para uma certa lógica de mercado (procura-oferta)⁵⁵. A manipulação mútua aparece como legítima porque se baseia numa dupla instrumentalização. As OPJ exercem uma manipulação de tipo simbólico, buscando retirar ideias e argumentos de capitalização política do associativismo estudantil, beneficiando das lógicas e das dinâmicas associativas e escolares e integrando-as nos seus campos de interesse e intervenção. Por seu turno, as listas concorrentes exercem uma manipulação de tipo material, buscando recursos materiais disponíveis nas OPJ e servindo-se das lógicas e dinâmicas inter-partidárias.

Sem ignorar a especificidade e a autonomia relativa destas duas lógicas e respectivos universos, parece emergir, significativamente, uma importante área de intersecção e de reforço mútuo que não deixa de evidenciar uma concepção acentuadamente instrumental de associativismo estudantil, frequentes vezes reduzido a uma competição entre líderes (partidários e associativos). A manter-se a referida cumplicidade estratégica reduzir-se-à, em consequência, o potencial democrático e participa-

tivo do associativismo estudantil, subordinando-o a lógicas tradicionais de representação e de dominação política no quadro de uma concepção elitista de democracia. A perpetuação do espaço associativo estudantil como campo de luta e reprodução política das OPJ, contribuirá não para despartidarizar o associativismo estudantil no ensino secundário mas, antes, para o despolitizar face ao monopólio de produção de significados de tipo político por parte das OPJ sobre as esferas associativas⁵⁶. Esferas assim pretensamente locais e domésticas, de mera representação corporativa dentro dos limites do *escolar* e em que os actores são percebidos como *consumidores potenciais*.

Neste sentido, só aparentemente os termos da transacção e o poder das forças em presença são equivalentes, face ao poder maior, ainda que invisível, dos aparelhos partidários e à sua capacidade estratégica e organizativa para perspectivar e agir globalmente sobre os fenómenos associativos.

Uma estratégia de controlo remoto deste tipo poderá, assim, tornar-se particularmente eficaz do ponto de vista das OPJ, não tanto pelas margens de autonomia (aparente) que parece conceder ao associativismo, e pelos ganhos daí decorrentes, mas sobretudo pelo que efectivamente lhe não permite que seja e que venha a ser e a fazer.

Notas

- 1 Este texto insere-se no âmbito do projecto de investigação "Associativismo Estudantil e Organização Escolar no Ensino Secundário", realizado entre 1990 e 1994 e financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian
- 2 Criadas pelos respectivos partidos de tutela ou à sombra deles, as organizações partidárias de juventude embora mantendo em relação a eles uma autonomia estatutária, mas funcionando num quadro de forte dependência, são de facto, um sector juvenil dos partidos políticos, tendo, na maioria dos casos assegurada a presença inerente de representantes seus nos órgãos directivos dos partidos". Cf. Manuel Braga da Cruz, Luísa Braula Reis e José Manuel Seruya, "Os Jovens e a Política. Políticas de Juventude e Juventudes Políticas em Portugal", Estudos e Documentos ICS (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa), série «sociologia da juventude», nº 12, 1985, pp. 36-37.
- 3 O ambiente que então se vivia nos liceus marcou, decisivamente, a geração que o viveu. Leiamos, a este propósito, este excerto de um testemunho do jornalista Nuno Ferreira: "No liceu, onde ingressei no final de 74, sucediam-se as RGA (Reunião Geral de Alunos) - palco para discussão de temas da vida nacional e aprovação de moções de solidariedade com greves de metalúrgicos, em que quase todos se dividiam em UECs, MES, UDPs e MRPPs. As aulas eram agitadas por violentas discussões sempre que algum professor o proporcionava e tudo era pretexto para não darmos matéria. Depois, os professores começavam a faltar e passávamos o tempo livre a deliberar sobre quem devíamos eleger como delegado de turma, enquanto outros se inscreveram nas juventudes partidárias. Um colega minhas passou a usar na lapela um autocolante com os seguintes dizeres. 'Eu sou comunista, porque não tu?'. Qualquer partido ou organização política instalava

- uma banca em pleno liceu e ali vendia autocolantes e livros programáticos. Por ser turno, as paredes de azulejo branco dos corredores foram invadidas por todo o tipo de cartazes: os MRPPs, por exemplo, afixavam na íntegra as edições do seu 'Luta Popular'. Cf. Nuno Ferreira, "O 25 de Abril com cartão jovem", in *Revista do Expresso*, edição de 22 de Abril de 1989, pp. 38-39.
- 4 Como notou um dos autores deste texto, referindo-se à conjuntura político-social que se desenvolveu após o 25 de Abril, a invasão partidária foi muito facilitada pelo facto de a generalidade dos estudantes não dominarem os mecanismos da participação democrática. Com efeito, "a ignorância e a falta de preparação (compreensíveis) sobre as mais elementares regras de decisão democrática, processos eleitorais, condução de reuniões e assembleias gerais, etc., é enorme. E se essa ignorância é por vezes, ela própria, um factor de motivação para a participação activa, é outras vezes explorada por pequenos grupos que assim aproveitam para manipular as decisões, para conduzir arbitrariamente a vontade dos estudantes, para conquistar o poder dentro das escolas e aí instalar a luta política e partidária". Cf. Licínio C. Lima, *Gestão das Escolas. A Participação dos Alunos*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, p. 94.
 - 5 Segundo Nuno Caiado, essa equivalência resultou "do cruzamento de organizações políticas estudantis com as Associações de Estudantes identificando-se com elas, usando-as como 'capas' para a sua acção estratégica de mobilização, para o confronto com os poderes e para o recrutamento de quadros". Cf. Nuno Caiado, *Movimentos Estudantis em Portugal: 1945-1980*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Caderno 18, 1990, p. 18.
 - 6 A evolução do posicionamento, estratégias e formas de actuação das organizações partidárias de juventude no campo associativo do ensino secundário é pouco conhecida. É provável que esse relativo desconhecimento se deva, em certa medida, como diz Nuno Caiado, ao "pouco interesse que a análise dos movimentos estudantis tem suscitado entre os investigadores sociais". Cf. Nuno Caiado, *op. cit.*, p. 4.
 - 7 No período pós-25 de Abril essa integração foi realizada através da instrumentalização político-partidária do associativismo estudantil transformando-o em "rampa de lançamento dos seus futuros quadros, campos de medição de forças e balões de ensaio da vida política nacional". Cf. Nuno Caiado, *op. cit.*, p. 264.
 - 8 Com base em entrevistas realizadas com dirigentes nacionais, os autores publicaram, em 1992, na *Revista Portuguesa de Educação*, Vol.5 (3) pp.49-80, o texto intitulado "As Organizações Partidárias de Juventude e o Associativismo Estudantil: A Lógica da Partidarização no Quadro de um Novo Discurso e de uma Nova Estratégia".
 - 9 O discurso voluntarista expresso na ideia de que a participação social e escolar da *malta nova* depende, fundamentalmente, da aceitação de certos valores ou ideais negligência aquilo a que poderíamos chamar "as condições estruturais da participação" e reproduz, artificialmente, a imagem de uma juventude anti-participação. De facto, como um de nós mostrou, a participação dos professores e dos alunos no quadro da "gestão democrática" tem, em Portugal, deparado com fortes obstáculos: "...face a fenómenos como a centralização política e administrativa, o exclusivo dos poderes de direcção, as assimetrias de poder existentes, as formas de participação previstas e regulamentadas, os arranjos organizacionais e morfológicos concretos, etc., a oferta participativa não encontra uma clientela ávida de participar. A gestão democrática (segunda edição) produziu uma ilusão participativa, uma encenação incapaz de resistir muito tempo à capacidade crítica e estratégica dos actores escolares. A passividade e a não participação na gestão não são apenas, neste contexto, respostas possíveis, mas possivelmente também respostas defensivas e racionais, o que a ser admitido deverá sê-lo a crédito dos actores. Para estes, de resto, uma participação mínima, ou uma não participação, poderá propiciar espaços, tempos e outras condições de realização de diferentes formas de intervenção, de defesa

de interesses, de manutenção ou alargamento de certas esferas de autonomia...". Cf. Licínio C. Lima, *A Escola como Organização e a Participação na Organização Escolar. Um Estudo da Escola Secundária em Portugal (1974-1988)*, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Educação, p. 466.

- 10 É interessante salientar que esta crítica se inspira numa imagem da juventude portuguesa idêntica aquela que foi traçada por Maria Isabel Barreno quando comentou os dados de um inquérito à juventude promovido, em 1983, pelo IED. Nesse livro a autora considerava que aquela geração de jovens se caracterizava por um "individualismo defensivo, um individualismo que lhes permite conceberem-se, em grande parte, como independentes do meio sócio-político em que vivem". Cf. Maria Isabel Barreno, *O Direito ao Presente. Um Estudo sobre a Juventude Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1988, p. 44.
- 11 A este propósito é interessante salientar que os resultados de uma investigação conduzida por José Machado Pais, permitiram concluir que os jovens valorizam a escola "como espaço de convívio e de estruturação das relações de amizade" e que, nessa perspectiva, "a generalidade dos jovens acha que a convivialidade é a função da escola que ela melhor cumpre e o aspecto com que estão mais satisfeitos". Cf. José Machado Pais, "Usos do Tempo e Espaços de Lazer", in *Juventude Portuguesa-Situações-Problemas-Aspirações*, Instituto da Juventude-Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1989, p. 151.
- 12 Alguns autores relativizam a tese da alienação juvenil. Luísa Braula Reis, comentando resultados dos estudos do IED sobre a juventude portuguesa, que mostravam o pouco interesse que os jovens dedicavam à política conclui que "a juventude actual reconhece, apesar disso, a importância do regime democrático como espaço de liberdade de expressão e pensamento. É também defensora de um modelo reformista de transformação social, mas contesta, fortemente, a eficácia dos veículos políticos tradicionais, de expressão da vontade dos cidadãos. (...) Outros mecanismos de participação política, tais como os movimentos ecológicos, os movimentos pacifistas, associações locais de colectividades, parecem cativar, hoje, melhor, o empenhamento da juventude". Cf. Maria Luísa Braula Reis, *op. cit.*, pp. 77-78.
- 13 Em Portugal, um inquérito sobre a participação política dos jovens, realizado em meados da década de 80, confirmou a tendência para um progressivo afastamento dos jovens face à política. Cf. Manuel Braga da Cruz, "A participação política da juventude em Portugal", *Análise Social*, Volume XXI (87-88-89), p.1077. Para Pacheco Pereira, os jovens dos anos 80 "(...) são o fruto da reacção às ideias utópicas e radicais dos anos 60 e 70, e do notório falhanço do modelo político que as acompanhava. A geração dos anos 80-aqueles que tinham 10 anos a 25 de Abril e que não tiveram a experiência da ditadura e para quem todo o "processo" escapou como experiência activa afastou-se da actividade política específica, criticou o seu valor e contrapôs um modelo alternativo onde se conjugavam valores de ordem e estabilidade e um "retorno" à natureza". Cf. Pacheco Pereira, "As Idades da Imaginação", In José Pacheco Pereira e João Carlos Espada, *A Esquerda Face ao Totalitarismo*, Lisboa, Moraes Editores, 1984, p. 40.
- 14 A interferência das OPJ no campo associativo do secundário tem sido posta em causa por algumas listas participantes nas eleições associativas. No Caderno Eleitoral da Lista B, concorrente, em 1991, às eleições associativas numa escola secundária de Braga, pode ler-se o seguinte: "A escola é um universo com a sua própria vida. Nela existem grupos com diferentes interesses. Um dos grupos é o formado pelos alunos. Eles precisam de se defender para fazer respeitar a sua dignidade. (...) Para isso se criaram as associações de estudantes. (...) Mas elas nem sempre cumprem essas funções; por vezes fomentam a divisão e a discórdia, tornando-se meros instrumentos partidários, negando os seus interesses para servir ideologias políticas. Assim não vale a pena existirem...A escola é nossa e não deverá servir de reflexo partidário".

- 15 Como explica Copfermann, "o sindicalismo operário exprime interesses comuns à classe operária, o sindicalismo estudantil pretende defender interesses comuns a todos os estudantes, interesses especificamente estudantis". Cf. Émile Copfermann, *Problemas da Juventude*, Lisboa, Publicações Os Hipopótamos, 1975, p. 94.
- 16 A tese da crise da participação juvenil foi muito difundida através dos estudos que, no início da década de 80, o IED desenvolveu sobre a juventude portuguesa. De acordo com Luísa Braula Reis, a juventude portuguesa já não pode ser retratada com base no "mito da juventude participativa" construído "a partir do empenhamento dos jovens nas mudanças sociais operadas em 1974" já que, ao contrário dessa época, "a juventude aparece agora com interesses imediatistas e transformada em sujeito consumidor de grande parte das manifestações da cultura dominante, veiculados através dos mass-media. De grupo coeso e possuidor de um forte espírito associativo, os jovens encontram-se agora marginalizados e atomizados, com uma mentalidade individualista, construída grandemente pela competitividade imposta, tanto na vida escolar, como no mundo do trabalho". Cf. Maria Luísa Braula Reis, "Tendências recentes da atitude dos jovens portugueses face à política: Análise comparativa com os indicadores europeus", in *IED, Número Especial, Os Jovens e Nós*, Maio de 1986, p. 77.
- 17 Na Europa Ocidental, a crise da escola era já um fenómeno consolidado no final da década de 70. Na análise de Michel Crozier: "...a educação está em crise em toda a Europa Ocidental. Ela perdeu a sua tradicional autoridade. Os professores não podem mais acreditar na sua missão 'sagrada' e os seus alunos não aceitam a sua autoridade tão facilmente como o faziam antes. (...) Os professores perderam o seu prestígio na sociedade e desapareceram as rígidas relações hierárquicas que fizeram deles poderosas figuras na sala de aula. É a rotina que permite ao sistema funcionar...". (Cf. Michel Crozier, "Western Europe", *The Crisis of Democracy. Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Commission*, New York University Press, 1975, p. 27).
- 18 Para o pedagogo Bogdan Suchodolski, é esta ausência de identificação que leva os jovens a afirmar que, na escola, "são obrigados a aprender coisas que não querem saber, que não têm nenhuma utilidade e não aprendem aquilo que precisamente os ajudaria a encontrar o seu próprio caminho de vida". Cf. Bogdan Suchodolski, "Situacion de los Jovenes en la Crisis: Dependencia e Interdependencia", in *Cuadernos de Pedagogia*, 1985, p. 121.
- 19 Esta opção está expressa no ponto 135 da Carta Social da Juventude Portuguesa, editada pela JC em Fevereiro de 1991, onde se defende a "dignificação da função escolar formadora, participativa e integradora das Associação de Estudantes".
- 20 Esta forma de associativismo estudantil é defendida por Santos e Roldão que, afirmando ser necessário investigar "a possibilidade de encontrar modos de intervenção educativa que se adequem aos jovens e permitam fomentar o conhecimento da realidade em moldes mais rigorosos, suscitar a reflexão sobre a realidade e o papel de cada um nessa realidade, promover a reciprocidade e o desenvolvimento sócio-moral e implementar capacidades diversificadas de intervenção no real", concluem: "não nos parece importante cultivar o intervencionismo social e o associativismo por si mesmos, mas apenas enquanto estes se revelarem meios para promoverem estes conhecimentos, estas capacidades e este desenvolvimento". Cf. Maria Emília Brederode Santos e Maria do Céu Roldão, "As Associações de Estudantes no Ensino Secundário. Um modo de promover o desenvolvimento sócio-moral e a formação cívica dos jovens?", *IED, Número Especial, Os Jovens e Nós*, Lisboa, Maio de 1986, p. 83.
- 21 Os programas eleitorais de algumas listas concorrentes às eleições associativas não excluem uma lógica reivindicativa orientada para a defesa dos interesses dos alunos. A lista A de uma escola secundária, considerando que "...a escola não pode ser só um local de instrução. Compete-lhe ser um espaço de educação, cultura e recreio. E a Associação de Estudantes é a única organização que, promovendo actividades culturais e desportivas,

- pode contribuir para tornar a escola mais alegre, mais completa, mais pedagógica”, propõe as seguintes actividades:”criação de uma rádio interna;integração de elementos da AE nos órgãos directivos da escola para uma melhor defesa dos direitos dos estudantes...””.
- 22 Uma notícia impressa na edição de 26 de Junho de 1991 do jornal *Público*, com o título “Conselho Directivo chama GNR para impedir alunos de protestar” evidencia, claramente, a tensão entre as associações de estudantes e os Conselhos Directivos. Passamos a transcrever alguns excertos dessa notícia: “A escola secundária de Padrão da Légua quase paralisou durante o dia de ontem, devido a uma greve geral de alunos convocada pela Associação de Estudantes (AE). (...) As razões da greve prendem-se com a actuação do Conselho Directivo, pautada por ‘uma sucessão de acções de prepotência e tirania’ denunciadas pelos membros da AE numa conferência de imprensa (...) os alunos queixam-se de, coercivamente, terem sido impedidos de participar na iniciativa ‘A Escola em Festa’, integrada na romaria do Senhor de Matosinhos. (...) Por outro lado, a AE queixa-se da violação de correspondência que lhe é destinada. Uma carta proveniente da Assembleia da República e outra do Instituto da Juventude chegaram às mãos dos dirigentes associativos com claros sinais de terem sido previamente abertas”, (...) a sala da AE tem sido, entretanto, abusivamente utilizada por um grupo de actividades da escola ‘sob expressa ordem do CD’. Como os protestos se tivessem revelado inúteis, a Direcção da AE colocou, na semana passada, um aloquete na porta da sala, que foi arrombado por um funcionário que cumpria ordens de um membro do CD”.
- 23 A lógica de prestação de serviços é defendida no quadro das relações que as organizações partidárias de juventude estabelecem com a juventude (escolar ou não) cumprindo uma função de mediação política. No quadro desta função de mediação política, as organizações partidárias de juventude tentam cobrir, de forma exaustiva, os vários “problemas específicos da juventude”. Por exemplo, a Juventude Centrista no quadro da reivindicação de “Uma política Global de Juventude”, propõe um conjunto de 253 medidas sectoriais. Essas medidas abrangem os seguintes sectores: Administração Pública; Família; Educação; Ambiente; Cultura; Desporto; Defesa Nacional; Ocupação dos Tempos Livres; Associativismo; Emprego e Formação Profissional; Habitação; Delinquência Juvenil; Droga; Saúde; Jovens Deficientes; Segurança Social; Jovens Emigrantes; Turismo Juvenil.(cf. *Carta Social da Juventude Portuguesa*, 1991). Por seu lado, a JCP reivindica 75 medidas sectoriais no quadro das “Propostas da JCP para uma Política de Juventude” distribuídas pelas seguintes áreas: Política Educativa; Política de Emprego; Política de Formação Profissional; Política de Juventude face ao Mercado Único de 1993; Política de Habitação Juvenil; Política de Saúde para a juventude; Política de combate à droga; Política de dignificação do Serviço Militar Obrigatório; Política de apoio à Arte, Cultura e Desporto; Política de apoio ao Associativismo Juvenil; Política de Ambiente; Política de Paz.(cf. *Projecto de Resolução Política*, 1989, pp. 18-23).
- 24 Esta declaração não é confirmada pelo ponto 3 das conclusões do III Encontro Nacional do Ensino Secundário promovido pela JCP em 8 de Abril de 1990. Na parte relativa à definição das linhas de orientação da acção no ensino secundário afirma-se ser necessário “dar particular atenção ao trabalho de recrutamento”.p. 7
- 25 É interessante confrontar este discurso de relativização do interesse partidário no associativismo estudantil com a afirmação inserta no *Projecto de Resolução Política* do III Congresso da JCP, aprovado na Direcção Nacional de 3, 4, e 5 de Março de 1989, segundo a qual “cresce a influência da JCP no movimento associativo, ao mesmo tempo que se mantém uma forte influência da JSD” p. 25. Também as conclusões do III Encontro Nacional do Ensino Secundário promovido pela JCP, em 8 de Abril de 1990 mostram que esta organização não relativiza nem muito menos desvaloriza a intervenção nas escolas secundárias. No ponto 1, dedicado à análise do Movimento Estudantil afirma-se que “os estudantes comunistas têm aumentado a sua participação no Movimento Associativo

- quer em listas, quer em Associações de Estudantes, assim como em acções de protesto”; No ponto 3 dedicado à Organização do Ensino Secundário, afirma-se que “com a autonomia do secundário, a JCP aumentou a sua influência no Movimento Associativo” e que “Levar a JCP, enquanto tal, às escolas através de iniciativas variadas, que divulguem as nossas posições para o ensino, é um objectivo prioritário que contribuirá para o prestígio da nossa organização no ensino secundário”. pp. 2 e 6.
- 26 Como diz Julien Freund: “Nenhum objectivo se realiza por si mesmo, simplesmente porque foi concebido e desejado; exige um esforço, uma execução, o que pressupõe toda uma série de intermediários: os meios. (...) Chamaremos portanto meios aos recursos materiais que nos permitem passar da concepção à realização”. Cf. Julien Freund, *O Que é a Política?*, Lisboa, Editorial Futura, 1974, pp. 80-81.
- 27 A denúncia dos apoios partidários de listas concorrentes funciona, por vezes, como argumento nas contendas eleitorais. A lista B, de uma escola secundária, atacou a lista A nos seguintes termos: “Somos defensores da autonomia da Associação, quer doutras congéneres, como também dos partidos políticos. Será que a lista A pode afirmar o mesmo? Duvidamos... e tu?”.
- 28 Na definição de Michel Bongrand, “o marketing político é um conjunto de técnicas que têm como objectivo favorecer a adequação de um candidato ao seu eleitorado potencial, torná-lo conhecido do maior número de eleitores e de cada um deles criar a diferença em relação aos concorrentes e aos adversários, e com um mínimo de meios, otimizar o número de sufrágios que é necessário ganhar durante a campanha”. Cf. Michel Bongrand, *O Marketing Político*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1987, p. 21.
- 29 A oposição à apropriação partidária das vitórias em eleições associativas no ensino superior surge, também, dentro das próprias OPJ, deixando transparecer a existência de divergências internas quanto às estratégias e métodos a adoptar no campo associativo estudantil. A este propósito transcrevemos um notícia do jornal *Público*: “Dois membros da direcção da Associação Académica de Lisboa (AAL), militantes da JS, decidiram auto-suspender-se daquela estrutura partidária na sequência da polémica criada em torno das afirmações de António José Seguro, que consideravam as eleições da associação como ‘uma vitória da JS’. Cf. *Público*, edição de 12 de Fevereiro de 1993.
- 30 A este propósito é muito reveladora a afirmação de que “por trás de cada associação há sempre um partido”, proferida por um presidente de uma associação de estudantes do ensino secundário. Cf. *Público*, edição de 28 de Março de 1990.
- 31 Ao jogo político das OPJ aplica-se, com inteira propriedade, a seguinte observação de Pierre Bourdieu: “...os vendedores profissionais de serviços políticos ‘apenas’ servem os interesses dos seus clientes na medida em que (e só nessa medida) se servem também ao servi-los...”. Cf. Pierre Bourdieu, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989, p. 177.
- 32 Com efeito, três anos depois da publicação que regulamentou a actividade das associações de estudantes (Lei nº 33/87 de 11 de Julho de 1987), os dirigentes das associações de estudantes do secundário denunciaram as dificuldades provocadas pela ausência de apoios. Segundo os dirigentes, “o mecenato juvenil não foi esclarecido, o subsídio anual ordinário não se recebe a tempo e horas e ninguém cumpre com as reduções de 50 por cento das taxas de correio e telefone”. Transcrição de notícia inserta no jornal *Público*, edição de 28 de Março de 1990.
- 33 Partindo do pressuposto de que a juventude é especialmente sensível aos *efeitos visuais*, as OPJ recorrem à utilização de técnicas de marketing na produção de materiais de propaganda. O dirigente nacional da JC realçou as vantagens desta medida: “Um dos nossos cartazes que saiu foi um cartaz que designámos por Centrinhas, que é um bonequinho muito giro, toda a gente gostava do bonequinho. E a verdade é que, queira-se ou não, também aí ao nível das associações de estudantes do secundário se funciona muito com marketing. Se calhar, hoje mais do que nunca. E esse boneco era, de facto,

- aquele bonequinho das meninas. Todas as meninas gostavam do bonequinho. Repare que levavam cartazes enrolados para terem em casa. E os próprios professores (veja o ponto a que isto chegou) chegavam às aulas dos professores de desenho e mostravam o cartaz e diziam 'isto é banda desenhada!'. Portanto, isso foi um grande salto qualitativo que a JC conseguiu dar através do cartaz”.
- 34 Um membro de uma lista candidata à liderança da associação de estudantes assumiu, abertamente, o tratamento das OPJ como fontes de recursos eleitorais e a aceitação das subjacentes condições políticas: “A gente não podia andar a pôr dinheiro do nosso bolso, por isso tivemos que bater à porta de um partido político. Eles deram-nos os cartazes e os autocolantes (...). O PSD não deu apoio porque parece houve um problema qualquer em Famalicão... O PCP também não porque já havia uma lista apoiada por eles. Tínhamos um tipo do PS na lista mas ele não se mostrou muito interessado. Havia um outro que era da JC e pronto!... Foi por aí que fomos (...) Em troca no final se a gente ganhar, dizemos que fomos apoiados por eles”. Declaração recolhida por Ivo Domingues, Leonor Torres e Virgínio Sá, investigadores do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, no âmbito do trabalho de campo realizado numa escola secundária do distrito de Braga.
- 35 Em declarações ao jornal *Público* o secretário-geral da JS considerou que a Secretaria de Estado da Juventude se tinha transformado “numa secretaria de Estado da JSD” com o objectivo de “tentar controlar o movimento associativo”. Cf. *Público*, edição de 23 de Novembro de 1992.
- 36 A integração da juventude, particularmente da juventude estudantil, no quadro das estratégias de representação social e política mereceu o seguinte comentário de Miguel Esteves Cardoso: “Hoje em dia, toda a gente fala dos ‘jovens’. À excepção dos jovens, evidentemente que têm mais que fazer. ‘A juventude’ ocupa agora no discurso político o lugar mítico que dantes estava reservado à classe operária. Todos querem mostrar-se mais preocupados que os demais com os ‘problemas da juventude’. Qualquer que seja o ano, é sempre o Ano Internacional da Juventude. Para qualquer jovem, há sempre uma jornada que espera por ele, um cartaz que o trata paternalisticamente por ‘tu’, uma iniciativa a que ele deve aderir, um apelo psicadélico que diz: ‘Participa!’ Inscreve-te! ‘Anda daí!’”. Cf. Miguel Esteves Cardoso, *A Causa das Coisas*. Círculo de Leitores, 1987 p. 169.
- 37 A independência do associativismo estudantil é legalmente reconhecida pelo poder político. Com efeito, no artigo 2º da Lei nº 33/87 de 11 de Julho (a chamada Lei do associativismo estudantil), refere-se que “as AAEE são independentes do Estado, dos partidos políticos, das organizações religiosas ou de quaisquer outras”.
- 38 A necessidade da obtenção de resultados políticos a partir da intervenção dissimulada nas eleições associativas do secundário faz parte das orientações contidas na moção de estratégia que a JC apresentou ao IX Congresso do CDS. Nela se afirma a dado passo “... Jovem Centrista, que reconheces que a Política, enquanto arte de bem servir, não se faz da mesma forma; que sabes que as eleições escolares não se ganham da mesma maneira...”. Cf. moção de estratégia da JC, “O Futuro passa por aqui”, p. 4. (s.d.).
- 39 Na moção de estratégia *O Futuro passa por aqui*, de 1990, a JC considera que “implantar a JC não é apenas criar mais núcleos, mais concelhias ou mais Federações. Implantar a JC é, para nós, filiar mais jovens, resultado lógico de uma melhor intervenção da JC nas autarquias, nas empresas, nas fábricas ou nos campos, nas escolas e nas universidades”. p. 8
- 40 O treino político é, entre outras vias, obtido no contexto de acções políticas concretas nomeadamente nas tentativas de condução política de movimentos de contestação estudantil..
- 41 A propósito das estratégias de monopolização da representação política, observa Bourdieu: “O campo político é pois o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por inter-

- médio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito a falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos. O porta-voz apropria-se não só da palavra do grupo de profanos, quer dizer, na maioria dos casos, do seu silêncio, *mas também da força desse grupo, para cuja produção ele contribui ao prestar-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político*". (Cf. Pierre Bourdieu, *op.cit.*, p. 185). Nesta perspectiva de análise é também interessante, para analisar a estratégia da monopolização da representação política levada a cabo pelas OPJ no campo associativo estudantil, ter em consideração a distinção proposta por Weber (e que aliás também inspira a análise do campo político feita por Bourdieu) entre "elementos politicamente activos" e "elementos politicamente passivos". (Cf. Max Weber, *Economia y Sociedad*, México, Fondo de Cultura Económica, 1944, p. 1081).
- 42 Recorde-se que a lógica de sobreposição dos interesses próprios aos interesses dos representados tem sido interpretada como uma consequência inevitável a partir de um certo grau de desenvolvimento das organizações partidárias.
- 43 Com efeito, as organizações partidárias de juventude reproduzem não só os métodos e as estratégias dos partidos-quadro como também os seus modelos organizativos, como salientaram Braga da Cruz *et al.*, (*op. cit.*, pp. 59-60).
- 44 De facto "uma das funções das juventudes partidárias é a de selecção e formação de quadros para os partidos". (Cf. Braga da Cruz *et al.* *op. cit.*, p. 63).
- 45 Esta função de controlo e regulação é focada por Jean Meynaud: "de uma forma geral, as organizações prestam à comunidade o serviço de canalizar e de 'racionalizar' aspirações e movimentos que, sem elas, tomariam frequentemente uma forma desordenada e violenta, com consequências imprevisíveis". (Cf. Jean Meynaud, *Os Grupos de Pressão*, Lisboa, 1966, Publicações Europa-América, p. 133).
- 46 Como explica Joaquim Aguiar, "são os partidos e as personalidades partidárias, por necessidade de se diferenciarem entre si e para atraírem um eleitorado ainda indiferenciado, com clivagens políticas pouco pronunciadas e pouco sistematizadas, que dramatizam a conflitualidade política até que os termos desses conflitos, pelas crises políticas que provocam ou pelos estímulos que criam, se tornam clivagens sociais com relevância política e se manifestam nos movimentos sociais e nas escolhas eleitorais. Cf. Joaquim Aguiar, "Sociedade fragmentada e clivagens políticas", *Análise Social*, Vol. XXV, (108/109), 1990. p. 567.
- 47 Esta função política é realçada no Projecto de Resolução Política da JCP ao III Congresso da organização, intitulado *Ser Jovem, Ser Comunista*, aprovado na Direcção Nacional em Março de 1989: "A JCP, tem desempenhado um papel decisivo para a mobilização da juventude nas batalhas eleitorais para as autarquias, Parlamento Europeu, Presidenciais e Assembleia da República (...)."
- 48 Nas Teses para o XIV Congresso do PCP (Projecto de Resolução Política) podem os ver assumido este tipo de objectivo político. No capítulo relativo à organização do partido, considera-se como área de trabalho prioritária, "o trabalho junto da juventude, contribuindo para o reforço da JCP e o aumento de influência do Partido junto da juventude". Cf. *Teses para o XIV Congresso do PCP* (Projecto de Resolução Política), p. 91.
- 49 Como salientaram Braga da Cruz *et al.*, as funções das organizações partidárias de juventude são "teoricamente e em grande medida subsidiárias dos partidos políticos, isto é orientadas por eles, tais como a de fornecimento de mão-de-obra política barata ou gratuita para a realização de tarefas de propaganda política, suprimindo carências de militância adulta, e a de reprodução política dos próprios partidos, através do recrutamento e formação de quadros políticos, nomeadamente locais, e através da intervenção em zonas geográficas ou sociais onde ela está vedada, por razões políticas ou sociais, aos partidos. É certo que, para além destas funções de substituição e de socialização, as organizações

partidárias de juventude têm também a decisiva função de mediação política entre os partidos e a juventude em geral, procurando levar até aos jovens as mensagens políticas e ideológicas de cada partido, e fazendo subir até estes a consciência dos problemas da juventude e as reivindicações para a sua resolução”. Cf. Braga da Cruz *et al.*, *op. cit.*, pp. 37-38.

- 50 A desocultação desses interesses e a desmitificação desses discursos constitui um momento chave na análise sociológica. Como salienta Maurice Duverger, “A diferença entre os fins proclamados e os que realmente se pretendem alcançar, o encobrir dos segundos com os primeiros, não impede que as escolhas políticas sejam dominadas por uma finalidade. A ciência política tem uma grande importância porque desmascara o que fica encoberto, porque desmitifica”. Cf. Maurice Duverger, *Introdução à Política.*, Lisboa, Estúdios Cor, p. 14.
- 51 Como explica Maurice Duverger, a técnica de camuflagem consiste em: dissimular um objectivo político por trás de um outro objectivo político, mais lato, mais confessável, mais nobre do que o primeiro, e mais próprio por consequência para obter a adesão dos cidadãos”. Cf. Maurice Duverger, *op. cit.*, p. 212.
- 52 A análise do desenvolvimento da estratégia de substituição do tradicional modelo de intervenção das OPJ (que está por fazer, de uma forma profunda) coloca um problema de periodização histórica. Lamentamos, agora, não termos, de forma directa, colocado esta questão aos dirigentes partidários. Todavia, algumas indicações dadas pelos referidos dirigentes, permitem colocar a hipótese de a alteração da estratégia das OPJ no ensino secundário ter começado a ser operacionalizada em finais da década de 70 ou nos primeiros anos da década de 80.
- 53 De facto, “todas as organizações partidárias de juventude parecem privilegiar, em termos de atenção política, o ensino secundário, por onde passa e onde se concentra uma grande parte dos jovens portugueses. Daí que o trabalho político por elas desenvolvido tenda a concentrar-se nas eleições para as associações de estudantes do ensino secundário”. Cf. Braga da Cruz *et al.*, *op. cit.*, p. 68.
- 54 Não é novo o fenómeno da *reciprocidade de interesses* entre OPJ e agrupamentos juvenis que procuram conquistar a liderança das associações de estudantes. A este propósito, um dos autores deste artigo reportando-se ao período pós 25 de Abril, escreveu: “Nesta fase, a supremacia da esquerda é evidente e é hoje geralmente admitida como tal. O apoio e as orientações fornecidas por partidos e agrupamentos políticos não se faz esperar. Uma vez ele é oferecido a certos grupos estudantis mais activos e com maior capacidade de liderança. Outras vezes ele é procurado por aqueles que pretendem conquistar a liderança e necessitam dos respectivos meios”. (Cf. Licínio C. Lima, *Gestão das Escolas Secundárias. A Participação dos Alunos*, ed. cit., p. 94).
- 55 De facto, como diz Bourdieu, “o que faz com que a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada: o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que se acham nele envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de «consumidores», devem escolher, com possibilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção”. (Cf. Pierre Bourdieu, *op. cit.*, p. 164).
- 56 A despolíticação do associativismo estudantil é uma condição indispensável ao sucesso das estratégias de monopolização partidária. Como explica Bourdieu, “...o campo político exerce de facto um efeito de censura ao limitar o universo do discurso político e, por este modo, o universo daquilo que é pensável politicamente, ao espaço finito dos discursos susceptíveis de serem produzidos ou reproduzidos nos limites da problemática política como espaço das tomadas de posição efectivamente realizadas no campo, quer dizer,

sociologicamente possíveis dadas as leis que regem a entrada no campo". (Cf. Pierre Bourdieu, op. cit, p.165).

Carlos Alberto Gomes e Licínio C. Lima. Docentes do Grupo de Sociologia da Educação e Administração Educacional, Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho. Campus de Gualtar, 4710 BRAGA. Fax. 351 (0)53 678 987; Tel. 604 240/41.